



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DA EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

**DISPUTAS DE PODER E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: A ESCOLA NORMAL
NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE ANÁPOLIS/GOIÁS (1937/1946)**



MANAEL BEN-ELSHAD JENNIFER ST FORT

Goiânia / GO

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

X] Dissertação [] Tese [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

MANAEL BEN-ELSHAD JENNIFER ST FORT

3. Título do trabalho

Disputas de poder e organização pedagógica: a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora de Anápolis/Goiás (1937-1946)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Manael Ben-Elshad Jennifer St Fort, Discente**, em 27/06/2023, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves, Professor do Magistério Superior**, em 20/07/2023, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3850968** e o código CRC **932884D1**.

MANAEL BEN-ELSHAD JENNIFER ST FORT

DISPUTAS DE PODER E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: A ESCOLA NORMAL
NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE ANÁPOLIS/GOIÁS (1937/1946)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Estado, Política e História da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Fábila Alves

Goiânia

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

St Fort, Manael Ben Elshad Jennifer

Disputas de poder e organização pedagógica: a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora de Anápolis/Goiás (1937-1946) [manuscrito] / Manael Ben Elshad Jennifer St Fort. - 2023. XCV, 95 f.

Orientador: Prof. Miriam Fábila Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

Inclui siglas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Escola Normal Confessional;. 2. Formação das alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora;. 3. Docilização dos corpos.. I. Alves, Miriam Fábila, orient. II. Título.

CDU 37(09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº **23** da sessão de Defesa de Dissertação de **MANAEL BEN-ELSHAD JENNIFER ST FORT** que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (09/05/2023)**, a partir das **14:00h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "*A formação de alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora de Anápolis/GO (1937-1946)*". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^a. Dr^a. **Miriam Fábila Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFMG**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof^a. **Diane Valdez (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UNICAMP** - integrante titular interna e Prof^a. Dr^a. **Sandra Elaine Aires de Abreu (UEG)**, doutora em **Educação** pela **PUC/SP**- integrante titular externa. Durante a arguição os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho para **Disputas de poder e organização pedagógica: a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora de Anápolis/Goiás (1937-1946)**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Prof^a. Dr^a. Miriam Fábila Alves, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Miriam Fábila AlvesProf^a. Dr^a. Diane ValdezProf^a. Dr^a. Sandra Elaine Aires de Abreu

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Disputas de poder e organização pedagógica: a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora de Anápolis/Goiás (1937-1946)



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Elaine Aires de Abreu, Usuário Externo**, em 11/05/2023, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diane Valdez, Usuário Externo**, em 11/05/2023, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves, Professor do Magistério Superior**, em 02/06/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3722530** e o código CRC **B44AEE06**.

Referência: Processo nº 23070.024130/2023-12

SEI nº 3722530

À Dona Gisèle Dujour St Fort, minha mãe, minha rainha, por todo cuidado, amor que me dá desde a minha chegada ao mundo e por sempre se fazer presente.

Ao senhor Jean Jacques St Fort, meu pai, por sempre mostrar que a educação é transformadora.

AGRADECIMENTOS

Há seis anos me mudei para o Brasil, deixando o meu país para buscar os meus objetivos. Foi a decisão mais difícil que tomei até aqui! Deixei minha família, meus amigos; conheci o medo, a solidão, a saudade etc. Ao mesmo tempo conheci meu lado forte, corajoso, determinado; conheci pessoas maravilhosas que marcam minha caminhada; cursei pedagogia na UEG; conheci professores que me inspiraram a continuar a caminhada acadêmica.

Em 2020, vivenciei um ano super desafiador! Um ano que trouxe incerteza, morte, perda, confinamento etc. O mundo enfrentou a Covid-19. Que ano sombrio! Na contramão, este me marcou positivamente também, pois foi o ano em que tive o privilégio de ingressar no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - UFG.

É sempre uma mistura de sentimentos e, acima de tudo, de muita gratidão por ter sobrevivido, tomar o risco de tentar cair, aprender e crescer! Minha existência neste mestrado foi uma trajetória de mais uma vez ter chance de experimentar de perto a fidelidade e o cuidado do Eterno, colocando pessoas maravilhosas para me acompanhar e me dar força nesse percurso. Por isso, não poderia deixar de agradecer:

A Deus Pai, Filho e Espírito Santo por ter me sustentado até aqui, se revelando como Pai bondoso, um refúgio em tempos difíceis.

Aos meus pais, o senhor Jean Jacques St Fort e a Dona Gisèle Dujour St Fort, que me motivam e me inspiram diariamente. Obrigada por sempre nos colocar - minhas irmãs e eu - como prioridade. Obrigada por nunca desistir apesar das circunstâncias! Aproveito para pedir desculpas pela ausência, pelas ligações não atendidas ou não retornadas, pelas mensagens não respondidas imediatamente. Sei que não existem justificativas para isso, só quero que saibam que eu reconheço tudo o que fizeram por mim até aqui. Vocês fizeram o melhor que puderam dentro das suas limitações. Reconheço toda a atenção, todo o cuidado, toda a dedicação de ambos. Vocês são pais incríveis! Levarei comigo esse amor tão bonito e puro aonde quer que eu vá.

À minha saudosa madrinha, minha segunda mãe, Dona Marie-ange St Fort, por todo amor e cuidado que teve comigo contribuindo muito para o meu autoconhecimento. Amo!

Às minhas irmãs: Saradienne Gise Alex St Fort; Stéphanie Emma Juste St Fort; Elyonne Jacques Marie Sophie St Fort, pelo companheirismo, carinho e por entender o motivo do meu sumiço.

Ao meu sobrinho, Joë Jacques Lafalaise, por trazer mais alegria para as nossas vidas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Miriam Fabia Alves, uma mulher incrível, competente que, com tanta dedicação e profissionalismo, aceitou caminhar de mãos dadas comigo me ensinando, me orientando nesse caminho do encontro com o saber, de aprendizagem, de pesquisa. Realizar esta pesquisa não teria sido possível sem a senhora! Obrigada por ter acreditado em mim! Admiro muito!

Às professoras Diane Valdez e Sandra Elaine Abreu por terem aceitado participar da minha banca e pelas valiosíssimas sugestões que contribuíram para o amadurecimento desta dissertação. Admiro muito vocês!

A todos os meus professores, desde os da creche até os do mestrado, que têm participado na minha formação. Vocês são incríveis!

À minha amiga Gislene e família que têm sido instrumento do amor de Deus na minha vida. Vocês são benção na minha vida!

À minha amiga irmã Liliana, que tem torcido por mim, pelas trocas sinceras e amorosas. Você contribuiu muito na realização deste sonho!

À família do pr. Diony pela amizade e apoio.

A todos os outros amigos, não daria para citar os nomes de todos! Obrigada, pois assim como a minha família, têm compreendido as minhas ausências e torcido pelo meu sucesso.

À Amanda e Thayná, minhas companheiras amigas que o mestrado me permitiu conhecer. Obrigada pelas conversas, risadas, as palavras de encorajamento. Foi muito gostoso caminhar junto com vocês!

À FAPEG pelo financiamento desta pesquisa por meio da bolsa de estudos, o que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral caracterizar a organização pedagógica e a formação das alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora - ENNSA de 1937- 1946, por meio da sua contextualização dentro de uma disputa de poder na cidade de Anápolis em relação aos diferentes públicos que atendia, especificamente o da escola normal e o da escola doméstica. O recorte temporal foi justificado pelo fato de que 1937-1946 marcou um período de aproximadamente 10 anos de atuação da instituição, desde o processo de transferência da Escola Normal de Anápolis para as irmãs da Congregação Salesiana, e localizou-se dentro do contexto ditatorial do Estado Novo e da disputa educacional entre pioneiros e os católicos no país. Tratou-se de pesquisa bibliográfica e documental, na qual, por meio de triagem e análise de documentos selecionados, pudemos dialogar criticamente com as fontes da ENNSA. Para a problematização dos dados e ampliação de reflexão crítica sobre essa instituição e as formações oferecidas dentro de um contexto sociopolítico, contamos com autores, tais como: Fernandes (2019); Hahner (2011); Cunha (2013); Barrozo (2016); Daros (2013); Alves (2014); Borges (2011); Reimer D'abadia e Freitas (2022); Costa e Gonçalves (2019); Borges (2011); Ferreira (2011); Canezin e Loureiro (1994); Frago (2011); Oliveira (2020); Röhrich Ferreira e Souza Arco-Verde (2011); Silveira (2003); Foucault (1999); Ferreira Lopes (2019), entre outros. Os resultados indicaram que a ENNSA oferecia pelo menos dois tipos de formações: uma formação elitista para as meninas de classe abastada e um ensino doméstico para as meninas pobres. A sua visão educacional baseava-se no sistema preventivo de Dom Bosco, no qual a religião serviu de pretexto para controlar e docilizar os corpos das alunas. Justificou-se a sua moralidade e religiosidade imposta pelo argumento de zelar pela salvação ou a transformação das meninas em boas cristãs e honestas cidadãs. Entretanto, percebeu-se que essa religiosidade era desprovida de respeito e aceitação do outro, de modo que as diferenças, em todos os aspectos, eram motivo de exclusão.

Palavras-chave: Escola Normal Confessional; Formação das alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora; Docilização dos corpos.

ABSTRACT

This dissertation has the general objective of characterizing the formation of the students of the Normal Nossa Senhora Auxiliadora School- NNSAS from 1937-1946 through its contextualization within a power dispute in the city of Anápolis and the analysis of its pedagogical organization in relation to the different publics that attended specifically the normal school and the domestic school. The time frame was justified by the fact that 1937-1946 marked a period of approximately 10 years of the institution's performance since the process of transferring the Normal School of Annapolis to the sisters of the Salesian Congregation and was located within the dictatorial context of the Estado Novo and the educational dispute between pioneers and Catholics in the country. It was a bibliographical and documentary research, in which, through screening and analysis of selected documents, we were able to critically dialogue with NNSAS's sources. For the problematization of data and expansion of critical reflection on this institution and the training offered within a sociopolitical context, we relied on authors such as: Fernandes (2019); Hahner (2011); Cunha (2013); Barrozo (2016); Daros, (2013); Alves (2014); Borges (2011); Reimer D'abadia and Freitas (2022); Costa and Gonçalves (2019); Borges (2011); Ferreira (2011); Canezin and Loureiro (1994); Frago (2011); Oliveira (2020); Röhrich Ferreira and Souza Arco-Verde (2011); Silveira (2003); Foucault (1999); Ferreira Lopes (2019), among others. The results indicated that ENNSA offered at least two types of training: an elitist training for wealthy class girls and home schooling for poor girls. Her educational vision was based on Don Bosco's preventive system, in which religion served as a pretext to control and tame the students' bodies. Their imposed morality and religiosity were justified by the argument of ensuring the salvation or the transformation of girls into good Christians and honest citizens. However, he realized that this religiosity was devoid of respect and acceptance of the other, where the difference in all aspects were reasons for exclusion.

Keywords: Confessional Normal School; Training of Nossa Senhora Auxiliadora Normal School students; Docilization of bodies.

RÉSUMÉ

Ce mémoire a pour objectif général de caractériser la formation des étudiants de l'École Normal Nossa Senhora Auxiliadora-ENNSA de 1937 à 1946 à travers sa contextualisation dans un conflit de pouvoir qui a eu lieu dans la ville d'Anápolis et l'analyse de son organisation pédagogique en relation avec les différents publics qui fréquentaient spécifiquement l'école normale et l'école domestique. Le délai a été justifié par le fait que 1937-1946 marque une période d'environ 10 ans de fonctionnement de l'institution depuis le processus du transfert de l'école normale d'Anápolis aux sœurs de la Congrégation salésienne et en se situant dans le contexte dictatorial de Estado Novo et le différend éducatif entre les pionniers et catholiques au pays. Il s'agissait d'une recherche bibliographique et documentaire, dans laquelle, à travers la sélection et l'analyse de documents sélectionnés, nous avons pu dialoguer de manière critique avec les sources de l'ENNSA. Pour la problématisation des données et l'élargissement de la réflexion critique sur cette institution et les formations proposées dans un contexte sociopolitique, nous nous sommes appuyés sur des auteurs tels que: Fernandes (2019); Hahner (2011); Cunha (2013); Barrozo (2016); Daros, (2013); Alves (2014); Borges (2011), Reimer D'abadia et Freitas (2022); Costa et Gonçalves (2019); Borges (2011); Ferreira (2011); Canezin et Loureiro (1994); Frago (2011); Oliveira (2020); Röhrich Ferreira et Souza Arco-Verde (2011); Silveira (2003); Foucault (1999); Ferreira Lopes (2019), entre autres. Les résultats ont indiqué que l'ENNSA offrait au moins deux types de formation: une formation élitiste pour les filles des classes aisées et l'enseignement à domicile pour les filles pauvres. Sa vision éducative était basée sur le système préventif de Dom Bosco, dans lequel la religion servait de prétexte pour contrôler et apprivoiser le corps des élèves. Leur moralité et leur religiosité imposées étaient justifiées par l'argument d'assurer le salut ou la transformation des filles en bonnes chrétiennes et honnêtes citoyennes. Cependant, nous nous sommes rendus compte que cette religiosité était dépourvue de respect et d'acceptation de l'autre, où la différence dans tous les aspects était un motif d'exclusion.

Mots-clés: Ecole Normale Confessionnelle; Formation des élèves de l'école normale Nossa Senhora Auxiliadora; Docilisation des corps.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Resultados do levantamento das produções relacionadas a formação das alunas na escola normal salesiana | 15 |
| Quadro 2 - Nomes das fontes analisadas de 1929, 1931-1946..... | 19 |
| Quadro 3 - Localização das unidades salesianas no Brasil de 1930- 1946 | 35 |
| Quadro 4 - Criação de algumas Escolas Normais privadas Confessionais em Goiás de 1932-1942 | 38 |
| Quadro 5 - Alguns membros do corpo docente do ICL em 1929-1930..... | 40 |
| Quadro 6 - Alunos de curso normal do ICL de 1930 | 41 |
| Quadro 7 - As matérias lecionadas no programa do ICLA | 43 |
| Quadro 8 - Programa da cadeira de pedagogia em 1929..... | 44 |
| Quadro 9 - Localidades de origem dos alunos da Escola Normal de Anápolis de 1931..... | 52 |
| Quadro 10 - Duração dos cursos oferecidos pela ENNSA..... | 66 |
| Quadro 11 - Quadro de taxas mensais da ENNSA em 1943..... | 68 |
| Quadro 12 - Horário de funcionamentos dos cursos da ENNSA em 1943 | 70 |
| Quadro 13 - Número de alunas nos exames dos cursos: normal, complementar e primário na ENNSA de 1938- 1946..... | 71 |
| Quadro 14 - As matrículas nos exames parciais do curso ginásial 1943- 1946 | 72 |
| Quadro 15 - Quadro docente e matérias lecionadas no período de 1938 a 1946 na ENNSA. | 73 |
| Quadro 16 - Quadro de cadeira do curso Normal de 1938..... | 74 |
| Quadro 17 - Cadeira do curso complementar 1937-1938 | 75 |
| Quadro 18 - Disciplinas do Ginásio- 1943 | 76 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Localização de Anápolis no mapa do Brasil..... | 28 |
| Figura 2 - Estação da ferrovia em Anápolis | 29 |
| Figura 3 - Nota da decisão de substituir o Instituto de Ciência e Letras- ICL..... | 42 |
| Figura 4 - Ata de reunião sobre o termo de transferência da Escola Normal de Annapolis a congregação Salesiana..... | 54 |
| Figura 5 - Mudança do Nome da ENA para a ENNSA..... | 56 |
| Figura 6 - A passagem dos direitos e das subvenções da primeira instituição para a Escola Nossa Senhora Auxiliadora | 57 |
| Figura 7 - Ata da reunião para votação em relação a entrega da ENNSA..... | 59 |
| Figura 8 - Carta da sede do Pontifício Pio XI datada de 1938 | 61 |
| Figura 9 - Registro da justificção da razão da entrega da Escola Normal de Annapolis para a Congregação salesiana..... | 63 |
| Figura 10 - Registro do valor, da localização e da subvenção da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora pela prefeitura municipal -1938..... | 64 |
| Figura 11 - Criação do Ginásio em 1943..... | 67 |
| Figura 12 - Nota sobre a gratuidade da escola doméstica | 69 |
| Figura 13 - Imagem da sala de aula da ENNSA..... | 79 |
| Figura 14 - Retrato das alunas uniformizadas | 80 |
| Figura 15 - Relato da ENNSA do usufruto da simpatia da população e autoridades locais.... | 85 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ENA - Escola Normal de Annapolis

ENNSA - Escola Normal Nossa Senhora Auxiliador

ICLA - Ciências e Letras de Anápolis

ONU - Organização das Nações Unidas

Revda. - Reverenda

I. - Irmã.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1- A FORMAÇÃO NA ESCOLA NORMAL E AS DISPUTAS RELIGIOSAS EM ANÁPOLIS: DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS E LETRAS À ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA | 21 |
| 1.1 A Presença Feminina no Magistério nas Escolas Normais | 24 |
| 1.2 Anápolis: Contexto Socioeconômico, Político, Religioso e Educacional em Meados do Século XX..... | 27 |
| 1.3 Colégio Normal: Educação Feminina e Congregação Salesiana | 32 |
| 1.4 A Congregação Salesiana e a Proposta de Educação em Goiás..... | 34 |
| 1.5 As Escolas Normais em Anápolis no Período de 1925 - 1937 | 39 |
| CAPÍTULO 2 A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA- ENNSA..... | 56 |
| 2.1 Organização pedagógico da ENNSA: tempo e espaço escolar | 64 |
| 2.2 Docilização dos corpos das alunas na ENNSA..... | 77 |
| 2.3 Escola doméstica: Invisibilidade das alunas subalternizadas na ENNSA | 82 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 86 |
| REFERÊNCIAS | 89 |

INTRODUÇÃO

A temática desta investigação situa-se dentro do movimento histórico e social de expansão da escola normal confessional em Goiás. Em 1907, Goiás recebeu a equiparação de três colégios católicos à Escola Normal Oficial: Sant'Anna, Santa Catarina e Sagrado Coração de Jesus. Estas foram instaladas com o intuito de atender ao discurso moralizador defendido pela igreja católica e famílias tradicionais no Estado (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). Os autores salientaram o impacto negativo dessas escolas sobre a Escola Normal Oficial na diminuição da frequência e na recepção de subvenção anual do Estado, que era antes destinada ao setor público. O valor repassado para as escolas confessionais “segundo a Lei no 549, de 6/7/1917 variava entre 1. 200\$00 e 2.400\$00” (CANEZIN; LOUREIRO, 1994, p. 56). A expansão do ensino normal, especificamente das congregações, era justificada pela urgência imposta pelo processo de industrialização, ocorrido no estado e no país como um todo, para formação de mão de obra.

Mediante o desenvolvimento do seu comércio agropecuário e a construção da estrada de ferro na década de 1930, Goiás se posicionava na economia nacional criando pontes de produção e trocas de mercadorias (BERREZA; CLEPS JR., 2004). Isso aumentava consideravelmente o fluxo migratório. Observou-se, na mesma proporção, a entrada da iniciativa particular confessional no preparo de professores do ensino primário no magistério (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). Entretanto, sabemos que isso era pretexto para a legitimação da imposição da igreja católica na educação.

Um outro fator que proporcionou espaço para uma forte ascensão das congregações na educação se deu no período ditatorial, com Getúlio Vargas, usando o discurso de modernização, sinônimo de progresso do país. Foi nesse contexto que localizamos a chegada da congregação Salesiana por intermédio de Dom Emanuel. Segundo Gomes (2019), Dom Emanuel estabeleceu um diálogo cada vez mais próximo com as estruturas políticas do Estado, por meio de ações sociais e educacionais realizadas pela igreja católica, no intuito de se manter no jogo de poder, nas decisões políticas.

Esse mesmo raciocínio definiu a atuação da igreja católica em Anápolis. Percebeu-se que, conforme Silva (2014), no século XX, a produção agrária do município passou a ser de base comercial e industrial, proporcionada pela construção da estrada ferroviária do Estado de Goiás, em 1911. A inauguração da estação da ferrovia, em 1935, no município contribuiu para que ele se tornasse um polo comercial para diferentes estados (SILVA, 2014; POLONIAL, 2011).

Com essa visibilidade, o município não apenas atraiu comerciantes, mas também se achou no centro da disputa de poder no setor educacional, e entre outros, por parte dos missionários evangélicos e das congregações católicas. É nessa conjuntura que identificamos a vinda da congregação salesiana para a cidade, em 1937, para tomar a liderança da Escola Normal de Anápolis. Todavia, anteriormente a sua instalação, a formação dos professores para o magistério na cidade iniciou-se com a criação do Instituto de Ciências e Letras de Anápolis - ICLA, no dia 27 de fevereiro de 1925, por meio de licença emitida pelo secretário do Interior e da Justiça (FERREIRA, 2011; BORGES, 2011).

Em 1930, o instituto foi extinto e substituído pela Escola Normal de Annapolis¹ - ENA, criada em 1931. A ENA, por sua vez, funcionou até 1937, quando ocorreu a sua transferência para as irmãs salesianas. As duas primeiras instituições eram vinculadas ao programa do Estado, ofereciam uma educação para ambos os sexos, enquanto a última já partia do setor privado confessional de educação feminina. Por isso, faz-se importante indagar: como se deu o processo de organização pedagógica e formação das alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora? Quais elementos caracterizam essa formação? Tais indagações têm como objetivo caracterizar a organização pedagógica e a formação das alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora - ENNSA de 1937- 1946, por meio da sua contextualização dentro de uma disputa de poder na cidade de Anápolis em relação aos diferentes públicos que atendia, especificamente o da escola normal e o da escola doméstica.

O recorte temporal foi justificado pelo fato de que 1937-1946 marcou um período de aproximadamente 10 anos de atuação da instituição desde o processo de transferência da Escola Normal de Annapolis para as irmãs da Congregação Salesiana, e localizou-se dentro do contexto ditatorial do Estado Novo e da disputa educacional entre pioneiros e os católicos no país.

A instituição em análise foi uma escola feminina privada confessional de regime interno, semi-internato e externato que ofereceu naquele período os seguintes cursos: primário, normal, complementar, noturno de alfabetização, oratório festivo, ginásial de ensino secundário. Ela veio para atender aos interesses hegemônicos da igreja católica na cidade e da oligarquia dirigente.

A escolha do tema partiu do interesse despertado pelas vivências proporcionadas pelo grupo de pesquisa sobre História da Educação Goiana - Anapolina, coordenado pela Profa. Dra.

¹ O nome da Escola variava nos documentos. Encontramos a escrita Anápolis com dois “n” e, às vezes, a escrita atual, grafada com apenas um “n”. Então, decidimos apresentá-la com a primeira escrita ortográfica da época “Escola Normal de Annapolis”, para preservar a grafia da época.

Sandra Elaine de Abreu, na Universidade Estadual de Goiás (UEG), no Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, onde eu cursei Licenciatura em Pedagogia; pela participação em seminários, conferências acadêmicas que aproximaram do objeto; e em pesquisa anterior, realizada no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, no qual foi investigado o processo de transferência da Escola Normal de Anápolis à Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1931-1937). Foram analisados também alguns aspectos educativos dessa primeira escola e o público que a atendeu. O presente trabalho concentra-se nas formações oferecidas pelas irmãs salesianas para as meninas.

Retomando alguns pontos sobre o acesso às fontes da ENNSA, num primeiro tempo, foi preciso o acesso a essas fontes que a irmã Raquel Vieira, diretora do Colégio Auxilium na época, concedeu à profa. Dra. Sandra Elaine de Abreu e seu grupo de pesquisa, em 2018-2019.

Para a realização desta dissertação, precisei entrar em contato com a irmã novamente, para que pudesse me receber para eu explicar a relevância do trabalho. Dessa vez, encontrei resistência e isso culminou na minha ida em diversos momentos, inclusive na pandemia de Covid-19, quando houve a reabertura das escolas com restrições de distanciamento, para conseguir a liberação do acesso ao arquivo mais uma vez. Quando nossa petição foi aceita, em seguida, fotografamos todos os documentos relacionados à escola ENNSA e fizemos as suas transcrições. Também fomos ao arquivo histórico em Goiânia para coleta de mais dados sobre a referida escola e as que a antecederam.

Num outro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico que se iniciou aproximadamente em maio de 2022, buscando trabalhos que se relacionavam com o referido objeto de estudo. Foram usados os seguintes descritores: “Escola normal em Goiás-Anápolis e formação docente”; “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora em Goiás-Anápolis e formação docente”. A busca se deu em três bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – BDTD; Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações da Universidade Federal de Goiás - BDTD UFG; e Google Acadêmico. Como resultados, foram encontradas, no total, 56 produções acadêmicas: 7 teses, 12 dissertações e 37 artigos. Entretanto, após a qualificação da dissertação, ocorrida em dezembro de 2022, os membros da banca sugeriram a melhor adequação desse levantamento. Para atender a essa sugestão, fez-se necessário uma outra busca com maior rigidez para a sistematização dos dados.

Dessa vez, buscamos, em janeiro de 2023, na Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações – BDTD e no Google Acadêmico, trabalhos relacionados à nossa temática com os seguintes descritores: “formação das alunas e escola normal salesiana”; “formação e escola normal salesiana”; “formação e escola normal salesiana em Anápolis”. Escolhemos esses dois

bancos de dados para a pesquisa por serem abertos ao público acadêmico e haver um fluxo importante e confiável de pesquisa científica neles. Em relação ao resultado da busca, segue a sua sistematização no Quadro 1- Resultados do levantamento das produções relacionadas à formação das alunas na escola normal salesiana.

Quadro 1 - Resultados do levantamento das produções relacionadas à formação das alunas na escola normal salesiana

| Autores | Título do Trabalho | Ano | Categoria | Site de busca |
|---------------------------------|---|------|-------------|------------------|
| PRADO, Fernanda Batista | Entre o oratório e a profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946) | 2017 | Dissertação | BDTD |
| LOPES, Ivone Goulart | O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ, e a tessitura da identidade da professora católica: 1937 – 1961 | 2013 | Tese | BDTD |
| FURTADO, Alessandra Cristina | Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964) | 2007 | Tese | BDTD |
| RAMPI, Dorcelina de Fátima | A formação de professoras da Escola Normal do Colégio de Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937) | 2007 | Dissertação | BDTD |
| BENTO, Maria Cristina Marcelino | História e memória da Escola Normal Particular do Instituto Santa Teresa de Lorena/SP (1964-1974) | 2008 | Dissertação | BDTD |
| CARVAS, Giovanna Maria Abrantes | A educação salesiana na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e a formação de professoras na Primeira República | 2015 | Dissertação | BDTD |
| FURTADO, Alessandra Cristina | A cultura escolar católica e a formação docente na escola normal | 2004 | Artigo | Google acadêmico |

| | | | | |
|------------------------------------|---|------|-------------|------------------|
| | livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, 1944-1970 | | | |
| LOPES, Ivone Goulart | A escola Normal N. S. Auxiliadora na cidade de Campos/RJ | 2013 | Artigo | Google acadêmico |
| ORTIZ, Fernanda Ros | A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961) | 2014 | Dissertação | Google acadêmico |
| PÃES, Ademilson Batista | A formação de professores pelas irmãs salesianas no Brasil: levantamento da produção acadêmica | 2016 | Artigo | Google acadêmico |
| LOPES, Ivone Goulart | Raízes fincadas e sonhos embalados: educadoras salesianas em Campos/RJ | 2016 | Artigo | Google acadêmico |
| ANDRADE, Antônia Kelly Gaioso de | A Escola Doméstica do Colégio Auxilium de Anápolis/ GO -1938-1950: a criação, o ensino e o mercado de trabalho. | 2018 | TCC | Google acadêmico |
| MENDONÇA, Rosilene Cândida Barroso | Estatuto da Escola Doméstica anexa ao Ginásio Auxilium de Anápolis/ GO (1940) | 2022 | Artigo | Google acadêmico |
| MENDONÇA, Roselene Cândida Barroso | Ginásio Auxilium: a inauguração do ensino secundário elitista feminino em Anápolis/GO (1943) | 2021 | Artigo | Google acadêmico |
| SANTOS, Társo Paula dos | A Escola normal de Annapolis/GO e o escolanovismo na formação de professores (1931-1937) | 2022 | Artigo | Google acadêmico |
| SANTOS, Társo Paula dos | A Escola Normal de Annapolis: o perfil dos alunos | 2020 | Artigo | Google acadêmico |

Fonte: pesquisa da autora (2023).

Não foi possível acessar o trabalho da Prado (2017), pois a cada tentativa aparecia erro no link de acesso. Entretanto, por meio da descrição do site, pode-se perceber que a pesquisa investigou a criação e implementação da Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO, com o objetivo de entender os cursos nela oferecidos. Já a pesquisa da Lopes (2013; 2016) teve como objeto o projeto educativo das Salesianas na Escola Normal de N. S. Auxiliadora de Campos/RJ, e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-1961. Objetivou-se analisar o projeto educativo da Congregação por meio do perfil das educadoras e, também, do processo de construção da identidade da normalista. Percebeu-se que as práticas

religiosas definiram as suas identidades. Furtado (2007; 2004) se propôs a analisar as práticas na formação docente em duas escolas de Ribeirão Preto por meio de um estudo de caso. Uma escola era da congregação salesiana e a outra do Estado de São Paulo, e a análise foi do período de 1944-1946 e estendeu-se até 1964, partindo de uma análise de aspectos da organização didático-pedagógica da instituição. Mostrou que não houve uma uniformização da finalidade dessa formação como um todo, pois cada uma visava um objetivo: as irmãs visavam uma formação religiosa; enquanto na outra buscou-se a profissionalização no rumo laico. Rampi (2007), por sua vez, investigou a atuação educativa das Irmãs Salesianas no Brasil, desenvolvida na Escola Livre anexa ao colégio de Santa Inês para formação de professoras no período de 1927-1937. Concluiu-se que as práticas eram baseadas na pedagogia católica e da escola nova.

Bento (2008), na sua dissertação, teve como finalidade compreender os motivos da criação e extinção da Escola Normal Particular Santa Teresa e conhecer o perfil do seu público durante seu funcionamento no período de 1964-1974. Os resultados apontaram que a formação visava a preparação da moça para o lar. Carvas (2015), em sua dissertação, referiu-se ao processo histórico e educacional que possibilitou a constituição de uma cultura educacional singular na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais, a partir da criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (ENNSA).

Ortiz (2014), no que toca à sua dissertação, objetivou apreender e analisar as práticas (escolares, culturais e sociais) proporcionadas pelo curso de formação de professoras primárias na Escola Normal do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961) na cidade de Campo. Demonstrou que a sua formação foi elitizada, atendendo às moças de classe abastada na cidade. Já no trabalho de Pães (2016), buscou-se contribuir para a historiografia da formação de professores no Brasil, estudando a educação salesiana nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Apontou o aspecto evangelizador na formação desses docentes.

No que tange aos trabalhos que abrangem a formação docente em Anápolis, encontramos: Andrade (2021; 2022), que apresentou no seu artigo o Estatuto da Escola Doméstica e a criação do ginásio no Colégio Auxilium de Anápolis; e Santos (2020, 2021), que analisou o perfil dos alunos da Escola Normal de Anápolis por meio dos documentos encontrados sobre a instituição, e em seu outro artigo, o autor abordou a influência da escola nova na sua formação (SANTOS, 2022).

Esses trabalhos foram importantes para ajudar a pensar sobre educação salesiana em diferentes contextos: rural e urbano; e em diferentes estados do país. Quase todos apontaram que essa educação foi elitista, baseada nos dogmas católicos e influenciada, em determinado

momento, pela escola nova². Porém, percebe-se uma lacuna nas produções concernentes à formação salesiana em Anápolis. É nessa perspectiva que a presente investigação pretende contribuir com a historiografia educacional da cidade.

Para chegar a tal objetivo, também foram adotadas outras ferramentas metodológicas nesta dissertação, além do levantamento dos dados, como a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A primeira abrangeu bibliografias existentes e abertas ao público em relação ao tema de estudo. Conforme Severino (2013, p. 106), “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Assim, a pesquisa bibliográfica permitiu a descoberta e definição de novas áreas de conhecimento. Não se trata de mera repetição do que já foi tornado público, pois proporciona o exame de um determinado tema sob novo enfoque, nova abordagem, a fim de chegar a conclusões inovadoras.

Referente à análise documental, Abreu (2006) pontuou o processo de renovação historiográfica ocorrido nesses últimos anos, que permitiu a ampliação do uso de diversas fontes para a escrita na História da Educação, bem como a sua problematização. “Este alargamento da noção de fonte, que passa a abarcar desde o documento escrito, passando pela fotografia, pelos relatos autobiográficos, até os monumentos arquitetônicos, veio se estabelecendo também uma outra noção do próprio ofício do(a) historiador(a)” (FARIA FILHO, 1997, p. 112). Ampliando o seu campo de atuação e, assim, exigiu-se dele um esforço minucioso para seleção e problematização das suas fontes.

Partindo desse pressuposto, usou-se a análise documental para compreender essa proposta educativa salesiana seguindo fontes da ENNSA, compostas tanto por documentos de atas quanto por fotografias, da maneira que estão listadas no Quadro 2.

² Foi caracterizada como um movimento educacional renovador, materializado no país com a redação do manifesto dos Pioneiros da educação nova em 1932. Para mais informações acesse: <https://www.scielo.br/j/cp/a/zKbVF5NZjdSWY5FYwrWCz6K/?lang=pt&format=pdf>.

Quadro 2 - Nomes das fontes analisadas de 1929, 1931-1946

| |
|---|
| Livro de matrículas, 1931/1937. |
| Documento portaria ministerial 1943. |
| Tombo e impressões de visitas, 1931. |
| Caderno dos ofícios expedidos, 1937/1938. |
| Caderno de exames e relatórios 1938/1950. |
| Instrução pública – 1929. |

Fonte: elaborado pela autora com os dados da pesquisa (2023).

No livro de matrículas, 1931/1937, encontramos alguns registros de exames das alunas realizados nesses períodos. Nele foi registrado nome de alunos(as) e a modalidade cursada. No Caderno de exames e relatórios 1938/1950 foram identificadas as notas que as alunas obtiveram nas disciplinas, nos exames parciais dos referidos anos e, também, foram destacadas as três melhores médias da turma. Não foram encontrados todos os registros de todos os cursos oferecidos, porém, fragmentados entre o curso normal e complementar. Mesmo assim, a partir desses documentos, conseguimos analisar as disciplinas oferecidas e como era o sistema avaliativo da instituição. Já nas atas da congregação de 1931- 1938, foram encontradas algumas atas de reunião da Escola Normal de Annapolis - ENA, que precedeu à ENNSA, relatando algumas pautas que eram discutidas, tais como: pedido de subvenção do município para o seu funcionamento; exoneração de membro administrativo num determinado cargo; salário do diretor e benefícios que o acompanhava; abordagem da transição da ENA para ENNSA; e alguns documentos falaram sobre a nova administração liderada pela congregação salesiana, definitivamente em 1938.

O caderno dos ofícios expedidos, 1937/1938, deu continuidade a esse documento anunciando a transição da ENA e relatando a instalação da ENNSA. Em seguida, o documento portaria ministerial de 1943 apresentou o histórico da ENNSA; seu regimento interno; seu sistema pedagógico; uma descrição sobre o estabelecimento físico e a criação do Ginásio. Nesses documentos conseguimos apreender algumas questões que levantaram para justificar a instalação da ENNSA e sua nova visão. O Tombo e impressões de visitas, de 1931, tratou do regimento da ENA e os cursos oferecidos e identificou algumas turmas de alunos que cursaram o curso normal e complementar. Assim, proporcionou o entendimento do sistema escolar que sucedeu a ENNSA.

O último documento, intitulado Instrução pública - 1929, foi encontrado durante uma das nossas visitas ao Arquivo Histórico em Goiânia, onde há um acervo da História da Educação

em Goiás, em busca de arquivos que pudessem esclarecer o funcionamento do Instituto de Ciências e Letras de Anápolis - ICLA. Isso porque não havia registro de como funcionava essa instituição no acervo da ENNSA, havia somente sua menção no Tombo e impressões de visitas de 1931 para abordar a sua extinção na cidade. Todavia, esse documento que encontramos apenas trouxe as matérias lecionadas no curso de pedagogia de 1929.

O texto que segue está dividido em duas partes principais, que se desdobram em subdivisões para maior detalhamento de cada etapa. O capítulo 1, intitulado “A formação na Escola Normal e as disputas religiosas em Anápolis: do Instituto de Ciências e Letras à Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”, aborda o processo histórico de formação das alunas no país, especialmente na sua relação com a igreja católica, na sua materialização com a atuação das escolas normais confessionais, no intuito de compreender o seu objetivo e sua finalidade no campo sociopolítico. No capítulo 2, intitulado “A organização pedagógica e a formação das alunas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora – ENNSA”, partiu-se para uma análise mais específica da instalação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora em Anápolis/GO. Direciona-se a discussão sobre a sua organização pedagógica referente ao tempo e espaço escolar. Abordou-se, em seguida, a docilização dos corpos e a invisibilidade das alunas na Escola doméstica. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO 1- A FORMAÇÃO NA ESCOLA NORMAL E AS DISPUTAS RELIGIOSAS EM ANÁPOLIS: DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS E LETRAS À ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Este capítulo pretende abordar o processo histórico de formação das alunas no país, especialmente na sua relação com a igreja católica, na sua materialização com a atuação das escolas normais confessionais, no intuito de compreender o seu objetivo e sua finalidade no campo sociopolítico. Cunha (2013) aponta que o estudo sobre a formação docente exige simultaneamente situar o papel social do professor, isto é, fazer a sua contextualização, e problematizá-lo para entender, por exemplo, a qual necessidade essa formação atendeu naquele determinado tempo e lugar. Assim, pretende apreender as tensões e movimentações pelas quais essa formação foi atravessada. Em seguida, pretende trazer essa discussão dentro do contexto do Estado de Goiás e da cidade de Anápolis. Barrozo (2016), em relação à formação católica, apontou o modelo catequético como uma das práticas escolares pelas quais se transmitia uma visão dogmática de fé. Esse modelo, segundo o mesmo autor, poderia ser considerado a forma mais arcaica que a igreja católica se relacionou e relaciona até hoje com a educação no Brasil. A exemplo disso, destaca-se a atuação dos Jesuítas (1549) e outras congregações que, de maneira direta ou indireta, se infiltraram em certo momento na educação, tais como: Carmelitas (1850), Beneditinas (1581), Franciscanas (1584), Oratorianas (1611), Capuchinhas (1642), Salesianas (1883), tendo em comum a doutrinação e evangelização como meio de subjugar e expandir o seu poder eclesiástico.

Azzi (1977) ressaltou um distanciamento desse poder em decorrência da promulgação do Decreto-Lei de 24 de fevereiro de 1891, estipulando a laicidade do Estado, assim, tirando o monopólio da igreja, pondo-a numa certa passividade no que diz respeito à sua participação no sistema escolar e em outras áreas. Porém, Cunha (2013) apontou ainda a relação que os estados e municípios mantiveram com as religiosas católicas, que não colaborou para o fortalecimento dos princípios laicos. E a igreja católica, por sua vez, manteve como um dos seus objetivos “multiplicar as formas concretas de colaboração com o poder estabelecido, de modo a manifestar explicitamente o seu apoio às autoridades do país”. Essa colaboração se estende não apenas ao governo civil, mas também à força militar” (AZZI, 1979, p. 81).

A partir de 1920-1930, houve uma reaproximação da igreja católica com o Estado, por meio do seu ativismo na “recatolização do Estado e das instituições” (AZZI, 1977; DAROS, 2013, p. 262), denominando esse período de “restauração católica” (AZZI, 1977, p. 63). Pois a igreja, através de diversos meios, impôs-se na vida política, social e educacional no país. Para tal,

A ação centra-se na luta contra o ensino leigo, pressionando pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas; pela subvenção dos poderes públicos às escolas confessionais e pela criação de uma universidade católica (DAROS, 2013, p. 262-263).

Nesse contexto, Barrozo (2016) apontou o início dessa consolidação eclesiástica que poderia ser considerada o sucesso dos seus esforços no âmbito educacional com o Decreto-Lei 19.941 de abril de 1931, tornando facultativo o ensino religioso nas escolas públicas. Estipulando no

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem (BRASIL, 1931).

O artigo 2º contradiz o caráter facultativo do ensino religioso ao colocar a sua validação somente se os responsáveis do aluno tivessem assinado para a sua liberação da disciplina no ato de matrícula, isto é, caso contrário, ela seria obrigatória. Contudo, esse acontecimento não foi linear, está inserido numa disputa de interesses entre o setor público e privado, na qual a educação foi colocada como alvo, principal instrumento pelo qual passava a reconstrução da nação, pois

coexistiam diferentes projetos de reconstrução do Brasil ao longo da história republicana que disputavam legitimidade com o Estado, explicitando o jogo de interesses e as convicções dos agentes envolvidos. Nesse processo, a educação condensava expectativas de controle e organização social e política e o sistema escolar era considerado um valioso recurso de poder. O controle do sistema educacional era alvo de uma acirrada disputa, o que se evidenciava nos projetos apresentados de forma clara na década de 1930 a 1940. Assim, o envolvimento dos intelectuais brasileiros em um projeto de modernização da sociedade, no período em análise, implicava a mobilização em torno das reformas de ensino (DAROS, 2013, p. 260).

A educação, conforme a autora, atendia aos ensaios de controle social latentes e atrelados ao discurso de modernização e patriotismo que ambos os partidos defendiam. Tanto os líderes leigos quanto os católicos tinham o mesmo ponto de partida, no qual a reconstrução nacional dependia da desenvoltura da educação, porém, divergiam nas estratégias e suas visões do mundo. Ainda, a autora identificou dois grupos de educadores - os pioneiros e os católicos (DAROS, 2013).

O grupo dos pioneiros da educação nova na história da educação brasileira foi responsável pela crítica à incapacidade da República em se efetivar como Estado neutro, universal e laico, confluindo, assim, com o movimento político que culminou na chamada Revolução de 1930. Formulou críticas e propostas de organização do ensino público brasileiro que constituem ponto de partida para se entender o processo

de formação de um aparato legal para a educação. A efetivação de um sistema público de ensino, gratuito e laico, como defendiam os pioneiros no Manifesto no Brasil dos anos 1930, desencadeou um conflito inevitável com as lideranças ligadas à Igreja Católica (DAROS, 2013, p. 263).

A elaboração do Manifesto dos Pioneiros, além de defender o dever estatal de oferecer um sistema escolar laico, gratuito, sistematizou também novas metodologias de racionalidade científica e educacional no que tange ao funcionamento dessa educação chamada de escola nova.

As expressões *educação nova e escola nova*, tão enfatizadas no Manifesto de 1932, designavam mais que novas metodologias educacionais, já que corporificavam a crença de que a reorganização da cultura e da sociedade poderia ser alcançada por meio de políticas de redefinição da escola e do sistema educacional, pelo qual, em última instância, aspirar-se-ia à construção de uma sociedade rumo à modernidade (DAROS, 2013, p. 264).

No que tange aos seus representantes, Cunha (2017) mencionou a participação de

Anísio Teixeira, Almeida Júnior, Hermes Lima, Paschoal Lemme e Cecília Meireles defenderam a expansão do ensino público como condição necessária da democracia, da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento econômico baseado na industrialização. A eles se juntaram intelectuais de vanguarda, como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Antônio Cândido e Álvaro Vieira Pinto; militares como o coronel Nelson Werneck Sodré, o marechal Mário Travassos e o almirante Otacílio Cunha; jovens professores universitários, como César Lattes, José Arthur Giannotti, Darcy Ribeiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Fernando Henrique Cardoso e Celso Beisiegel; e artistas como Augusto Rodrigues (CUNHA, 2017, p. 23).

Enquanto os intelectuais católicos dentro do projeto de romanização da igreja católica defendiam uma formação escolar cristã católica nacionalista, inculcando valores cristãos, e disciplina, ou seja, um viés para o controle da ordem social. E este caiu no bom agrado do governo de Getúlio Vargas, na época em que a ordem e o controle social precisavam ser promovidos para a manutenção do poder. O país passava pela mudança do sistema agrário rumo à industrialização e modernização. A educação de camadas negligenciadas por muito tempo – crianças, meninas e mulheres - entrou como urgência para a promoção da imagem de ordem e progresso nacional. E a legitimação da igreja católica serviu para alimentar tal fim.

Dentro desse cenário, Peixoto (2013) acrescentou que a era Vargas já marcava diversas mudanças pelas quais o país passava no plano político, econômico e social. Uma marca desse período foi um Estado forte que precisava usar instrumentos e agentes de controle para se manter no poder. Os aparatos legais vieram mais uma vez colaborar para a naturalização do ensino religioso nas escolas com o Decreto-Lei de 16 de julho de 1934, estipulando em seu art. 153 que:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (BRASIL, 1934).

A legislação como regulamentação legal e o poder constituído participaram para o crescimento do setor educacional privado confessional, abrindo o leque para o ensino religioso nas escolas. Entretanto, não negamos o avanço da formação pública no país, com a laicização e as lutas dos intelectuais da área que permitiram ter brechas para a efetivação de uma educação mais racional e científica, rompendo um pouco com o poder coercitivo e dogmático da igreja.

1.1 A Presença Feminina no Magistério nas Escolas Normais

A presença das mulheres nas escolas no país, como em tantos outros, foi uma conquista, que se deu ao longo dos anos, pois observamos que embora a Constituição de 1824 estabelecesse a gratuidade da educação para todos, as mulheres não faziam parte desses todos. Uma das justificativas da sua exclusão era por não haver a necessidade de sua instrução, pois o seu papel se resumia aos cuidados do lar e da família. A Lei de 15 de outubro de 1827 marcou um avanço ao estipular no seu art. 11 a criação de escolas primárias para as meninas. Nesse contexto, constatou-se em Goiás a criação das suas primeiras escolas femininas: uma em Natividade e outras na capital (BRETAS, 1991). Kulesza (1998) acrescentou que houve mais um passo com o ato adicional de 1834, que exigia das províncias a responsabilização pela instrução e, com isso, contribuiu na criação das escolas normais no país. Estas eram anexadas ao liceu, atendiam primeiramente o público masculino e, mais tarde, incluíam as meninas.

Hahner (2011) marcou como fatos importantes para a feminização do magistério, na década de 1860-1870, o debate sobre a coeducação no magistério primário e a reforma de Leôncio de Carvalho, que reforçou o aumento exponencial das meninas nesse ambiente - com a reabertura das escolas normais em escolas normais mistas nos anos de 1870-1880. Constatou-se que “no Rio de Janeiro, em 1872, as mulheres representavam um terço do professorado, e essa cifra dobrar-se-ia até o começo do século XX; em 1906, as mulheres compreenderam 70% dos professores da capital” (HAHNER, 2011, p. 471). Com isso, demonstrou-se o anseio do público feminino para uma educação científica e que lhe permite se posicionar no mercado de trabalho.

A Reforma Leôncio de Carvalho também deu prioridade para a contratação de professoras, falando da criação de jardins da infância para os dois sexos que seriam

fundados na Corte e “confiados à direção de professoras”. As aulas mistas, como muitos reconheceram, podiam ser ministradas por mulheres, as quais eram as “educadoras naturais”. Assim, a maternidade espiritual serviu como uma justificativa para empregar mais, e mais barato, professoras. Se, por um lado, os novos regulamentos possibilitaram a oportunidade de terem professoras para aquele grupo de alunos que recebiam aulas apenas de professores homens, por outro lado, essas normas podiam incitar a competição entre os dois grupos de professores. Isso ajudou, sem dúvida, no processo de feminização da sala de aula (HAHNER, 2011, p. 470).

Esse novo formato era vinculado ao projeto lucrativo governamental no qual não precisava, num primeiro momento, gastar um valor a mais para a educação das meninas e elas depois de se formarem eram consideradas mão de obra mais barata, em comparação ao público masculino.

A historiadora Hahner (2011) salientou a resistência da elite à escola normal mista para suas filhas, optando por instituições seculares ou religiosas com a justificativa de serem defensores da moralidade. Assim, as escolas normais particulares confessionais dirigidas por freiras atendiam a esse público (HAHNER, 2011; FERNANDES, 2019).

De acordo Abreu (2006), em Goiás, o ingresso na carreira docente dava-se pela realização de concurso público por nomeação vitalícia ou interina sob a responsabilidade do presidente da província (regulamento 1856). A criação da Escola Normal em Goiás, em 1858 (BRETAS, 1991), apesar da instabilidade em se manter aberta, marcou um avanço no quadro educacional da província. Peixoto (2013) pontuou o processo de consolidação da formação docente nos anos 1930, conforme o trecho a seguir.

[...] Na década de 30, Goiás conta com um sistema educacional estruturado, principalmente no ensino primário, devido à Reforma Gumercindo Otero, Decreto nº 10.640, de 10 de fevereiro de 1930, oriunda do setor oligárquico goiano e que resultou na modernização da educação popular no estado devido à participação de lideranças paulistas na elaboração de um texto pautado nos princípios da pedagogia moderna, o que veio caracterizar um estabelecimento com vistas ao ensino elementar (PEIXOTO, 2013, p. 70).

Percebe-se que a instrução primária não ficou alheia à influência getulista de

[...] Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (BOMENY, 1999, p. 139).

É dentro desse contexto ditatorial que localizamos uma forte ascensão das escolas confessionais em Goiás, por intermédio de Dom Emanuel.

Gomes (2019) afirma que as congregações católicas estabeleceram um diálogo cada vez mais próximo com as estruturas políticas do Estado por meio de ações sociais e educacionais para a realização de seus objetivos.

O episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira em Goiás estendeu-se nos anos de 1923-1955. No seu objetivo de reerguer a influência simbólica e espacial da igreja católica na cidade, estabeleceu como prioridade a quitação das dívidas da igreja, a criação de novas prelazias e a delimitação geográfica da diocese de Goiás, pois sua grande expansão não condizia com a condição econômica para sua manutenção (COSTA, 2022). Além disso, incentivou a vinda de novas congregações para atuar nas obras sociais e educacionais, nos anos de 1920.

Podemos constatar que essas novas prelazias, na dimensão geográfica, estavam todas nos extremos dos antigos limites que demarcavam o território da diocese de Goiás, ou seja, eram regiões de fronteiras, logo, com condições econômicas e sociais mais precárias. Após esse novo dimensionamento dos limites da diocese, veremos que a diocese de Goiás ficou com a região centro-sul do estado, onde havia maior desenvolvimento. Neste sentido, entendemos que Dom Emanuel tirou do seu território as partes mais pobres, passando estas às novas prelazias (COSTA, 2012, p. 105).

Com a melhoria das condições econômicas, Dom Emanuel iniciou a reabertura de seminários, a exemplo do seminário de Santa Cruz, e organizou a chegada de

congregações religiosas para assumirem os serviços religiosos, principalmente nas paróquias, para cuidar do povo que lá estava. Entre elas, destacamos: a congregação dos padres salesianos, da qual Dom Emanuel fazia parte, que chegou a Bonfim em 1929; os padres estigmatinos, que vieram para Morrinhos em 1936; e os franciscanos, que se estabeleceram em Anápolis em 1944. Além de assumirem as paróquias, essas congregações tiveram uma importante participação no projeto educacional (COSTA, 2022, p. 109).

No caso da atuação da Congregação Salesiana em Goiás, houve a criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora em Bonfim, atual Silvânia, que atuou na formação das moças para o magistério.

Vale destacar, antes de falar sobre a congregação salesiana, que é parte do presente objeto de estudo, que um outro desafio que a igreja católica em Goiás iria enfrentar foi o crescimento da igreja protestante em Anápolis. Costa (2022) salientou a forte atuação desta última na educação e saúde na cidade anapolina.

Constatamos que, em Anápolis, os protestantes criaram, em 1927, o Hospital Evangélico Goiano, em 1932, o Colégio Couto Magalhães e, em 1933, a Escola de Enfermagem Florence Nightingale. Diante desses acontecimentos, Dom Emanuel agiu de maneira ofensiva para a consolidação de uma presença mais consistente e atuante da Igreja Católica nesta cidade, principalmente com vistas à atuação na educação e combate à educação protestante. Além disso, percebemos que o projeto da criação de um grande hospital católico na nova capital e a existência de um curso de Enfermagem sob a administração católica (COSTA, 2022, p. 109-110).

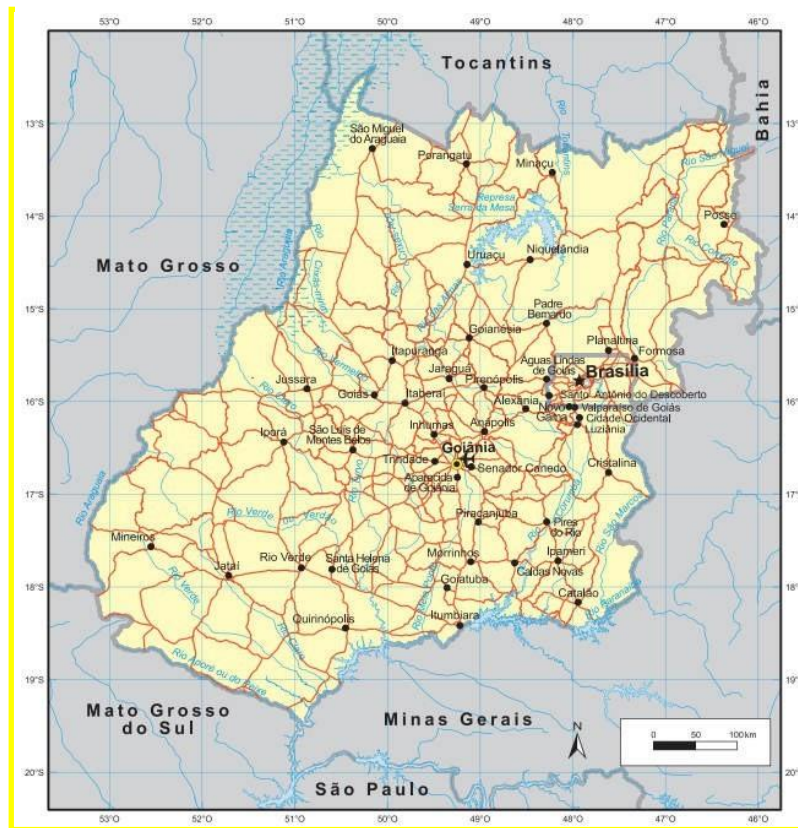
Esse conflito não se restringiu apenas ao poder territorial, mas ideológico, pois se voltarmos à história, os protestantes nasceram a partir da reforma do Martin Lutero, na discordância doutrinária com a igreja católica e, por isso, eles foram considerados como hereges.

Assim, podemos entender o desconforto dos evangélicos para os católicos na cidade. Por isso, usava-se até o argumento do medo para manipular a população para que não enviasse seus filhos à escola protestante. Percebeu-se o poder dos padres e da igreja católica usando da religião como instrumento de restrição da liberdade do povo, que tinha medo do castigo, do inferno. A igreja católica decidiu investir na educação e reforçar suas atividades sociais para sua consolidação no Estado de Goiás. Concordamos com Costa (2022) ao mencionar que o motivo da igreja católica não se restringia ao âmbito sociorreligioso, mas era, além de tudo, uma luta política de preservação de poderes. Foi nesse cenário que se inseriu a participação educacional da congregação salesiana nas escolas normais em Goiás e nas demais regiões.

1.2 Anápolis: Contexto Socioeconômico, Político, Religioso e Educacional em Meados do Século XX

A origem da cidade de Anápolis está ligada à passagem de tropeiros pelas fazendas da região durante o século XIX, que serviam como ponto de parada para as suas comitivas, destacando-se aqui a “Fazenda das Antas” (ALVES, 2014, p. 5). Localizada no Planalto Central, entre Brasília e Goiânia, tem seus limites “ao norte com Pirenópolis; a nordeste com Abadiânia; a leste com Abadiânia e Silvânia; ao sul com Leopoldo de Bulhões e Goianápolis; a sudoeste com Nerópolis e a oeste com Ouro Verde de Goiás” (BORGES, 2011, p. 37), conforme pode ser observado na Figura 1

Figura 1 - Localização de Anápolis no mapa do Brasil



Fonte: IBGE (2010).

A cidade teve várias denominações antes de ser chamada de Anápolis, em 1907 (BORGES, 2011). Era chamada de

bairro Capela de Santana das Antas (1871), Freguesia de Santana das Antas (1873), Freguesia de Santana dos Campos Ricos (1884) ficou com esse prenome até novembro de (1886) retornando ao nome Freguesia de Santana das Antas e sendo elevada à Vila de Santana das Antas em 1887 e, por último, a Vila foi elevada à categoria de cidade com o nome de Anápolis em 31 de julho de 1907. A expansão dessa cidade não esteve relacionada ao processo de atividades mineradoras como outras tantas cidades goianas, mas o seu desenvolvimento ocorreu devido às riquezas naturais que essa região possuía (REIMER; D'ABADIA; FREITAS, 2022, p. 199; BORGES, 2011, p. 45).

Uma das explicações para a origem e escolha do nome da região das Antas naquela época se deu, conforme Reimer, D'abadia e Freitas (2022), da seguinte forma:

com os tropeiros viajantes que traziam suas mercadorias e levavam outras produzidas na região das antas. Com o passar dos anos, esses viajantes se estabeleceram na região e trouxeram consigo também suas manifestações culturais, inclusive a religiosidade católica, propiciando mudanças para o cenário anapolino (REIMER; D'ABADIA; FREITAS, 2022, p. 200).

A localidade caracterizava-se por ser uma cidade que tirava seu sustento na terra, fazia troca de mercadoria, recebia viajantes e comerciantes afora. Outro fato histórico era a sua vinculação a uma narrativa de mistificação e sacralização da Santa Anna, tornando-se a sua padroeira (REIMER; D'ABADIA; FREITAS, 2022).

No que tange ao seu contexto socioeconômico, segundo Silva (2014), Anápolis deslocou-se do status de produtora de café e arroz, no início do século XX, de base agrária à cidade de economia de base comercial e industrial. A construção da estrada ferroviária do Estado de Goiás, em 1911, influenciou a sua economia e, também, a de Anápolis (POLONIAL, 2011), com a inauguração da estação da ferrovia (Figura 2), em 1935, tornando-se um polo comercial (SILVA, 2014).

Figura 2 - Estação da ferrovia em Anápolis



Fonte: Ferreira (2011).

Conforme Polonial (2011), essa estação marcou o discurso de modernidade na cidade, no sentido do novo, chamou-se atenção para a não descontextualização desse conceito ao afirmar que

[...] é fundamental entender que o conceito de modernidade precisa ser interpretado dentro do momento específico, pois o que era moderno no século XV na Europa não era no século XIX, e não representava os mesmos valores para os goianos no século XX. A modernidade em Goiás era vista essencialmente como possibilidade de o Estado se comunicar o mais rápido possível com os grandes centros urbanos e econômicos do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, superando o seu isolamento histórico. Assim a modernidade aqui é entendida no sentido do desenvolvimento econômico, na lógica do capitalismo, ou seja, a ocidentalização no processo de desenvolvimentista (POLONIAL, 2011, p. 16).

A cidade anapolina inseriu-se no mesmo contexto de desenvolvimento do estado de Goiás, a via férrea permitia a movimentação e a troca no comércio entre várias localidades.

O crescimento econômico registrado em Anápolis nas décadas de 1930 e 1940 foi fruto das mudanças assistidas pelo estado de Goiás no início do século XX. A chegada da ferrovia ao estado estimulou a produção agrícola no Sul e no Sudeste goiano para resolver as dificuldades do transporte da produção agrícola nessas regiões (SILVA, 2014, p. 71).

A ferrovia foi considerada uma marca de progresso da cidade, visto que apresentava elementos tecnológicos modernizadores que redefiniram a passagem da cidade rural para a urbana. Entretanto, isso não significou a inexistência da parte rural, da roça ou de uma parte que ainda não tiveram acesso a essas tecnologias. Todavia, almejavam essa abertura promissora de possibilidades crescentes na economia.

A cidade anapolina passou a ser um ponto comercial que atraiu muitos imigrantes e comerciantes pelas vantagens da sua ligação e relação comercial que mantinham com diversos estados.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade recebeu imigrantes de ascendência árabe (sírios, libaneses palestinos), inglesa (com destaque para missionários protestantes), italiana (que construíram uma colônia, hoje a cidade Nova Veneza), japonesa (colônia que deu origem a cidade de Nerópolis), além de norte-americanos, alemães, espanhóis, portugueses, dentre outros. No início do século XX, Anápolis assistiu um crescimento substancial de sua população. Segundo dados do IBGE, a cidade passou de 6.296 habitantes em 1900 para 16.037 habitantes no decorrer da década de 1920. Na década de 1940 contava com 39.148 habitantes e atingiu, em 1950, a 50.338 habitantes. Esse crescimento foi substancial tanto na área rural, que ocorreu em maior parte até a primeira metade do século XX, quanto na urbana. O maior crescimento populacional nas áreas rurais foi resultado do processo de imigração, principalmente de italianos e japoneses (SILVA, 2014, p. 81-82).

Percebeu -se que nos primeiros 50 anos do século XX a população anapolina saltou de 6.296 para 50.338 habitantes. Esse fator demográfico foi causado pelo fluxo mercantil na localidade. Um outro elemento em decorrência desse fator migratório que pode ser inferido foi a diversidade cultural instalada na cidade no convívio com pessoas de diferentes etnias, culturas e religiões. A exemplo da religião, os árabes (sírios, libaneses e palestinos) foram divididos entre islamismo, cristianismo, budismo, hinduísmo e outras seitas que se formam dentro desses grupos. Os japoneses, na sua maioria, adotaram o xintoísmo e o budismo. E os imigrantes de outros países mencionados na citação acima foram fracionados dentro do cristianismo - catolicismo e protestantismo.

Porém, apesar dessa riqueza multicultural, a religião valorizada, dominante, era a pertencente ao cristianismo. A sua influência sempre esteve muito presente na construção da cidade, desde a criação da capela Sant'Ana de Antas, que foi uma marca fundante na sua história. Conforme Borges (2011), em 1875 já existiam 57 freguesias da ordem católica que faziam a divisão eclesiástica das dioceses para atuação na sua vida social, responsáveis pelos casamentos, comunhões, capelas, confissões etc.

As igrejas evangélicas, mais tarde, surgiram também nessa relação estreita da cidade com a religião. A chegada dos missionários protestantes norte-americanos, junto com suas ações sociais e educacionais, se alinhava ao desejo do Estado referente a seu projeto de modernização e industrialização. Porém, em contrapartida os líderes católicos ficaram inconformados com a ascensão protestante na educação, saúde e na política na cidade. Em resposta a isso, usaram de concorrência e ameaças para coibir as ações do novo grupo. Diante desse cenário, compreende-se que o motivo de atuar na cidade nunca foi para o bem-estar da população, todavia, era uma disputa de poder na qual a educação, a saúde e outras esferas essenciais consideradas para o progresso tornaram-se instrumentos de controle nas mãos do grupo hegemônico.

No que tange à política, Silva (2014) apontou uma demarcação importante que a revolução de 30³ trouxe para o Estado de Goiás e que influenciou também o município em questão. Ela foi considerada pelas elites como “uma ruptura temporal entre o ‘velho tempo’, marcado pelo caiadismo, pelo coronelismo e pelo ‘novo tempo’, com uma perspectiva voltada para o moderno, para o patriotismo e para o progresso” (SILVA, 2014, p. 124).

Assim, favoreceu a sua permanência na economia da região e, também, em outras esferas, como a educação. Alguns nomes, por exemplo, que apareceram como personalidades fundadoras da Escola Normal de Anápolis de 1931 no município, também ocupavam cargos políticos ou eram empresários, tais como João Luiz de Oliveira, que foi nomeado como chefe da administração municipal; José Fernandes Valente, que foi eleito no mesmo cargo em 1935; Aquiles de Pina, um dos grandes empresários locais do período, sócio da empresa que fornecia energia elétrica ao município e era candidato ao governo municipal (SILVA, 2014; ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931). Eles participaram, mais tarde, da votação para a transferência da Escola Normal de Anápolis para as irmãs, em 1937.

³ Esse termo foi usado pelo autor para falar sobre o período de 1930, no governo Getúlio Vargas. Decidimos mantê-lo no texto.

1.3 Colégio Normal: Educação Feminina e Congregação Salesiana

A Congregação Salesiana teve como precursor o padre Turinês João Melquior Bosco, também chamado de Dom Bosco, que a criou com o apoio do padre Pio IX, do Vaticano (SCARAMUSSA, 1977; PITILLO, 2015). Pitillo (2015) salientou a vinculação da sua criação no processo complexo de mudança política, social, econômica e cultural que a Europa estava passando, e como a sua chegada em diversos países, como o Brasil, não se resumia às boas ações eclesiais, porém, estava ligada a um projeto de romanização, de reconsolidação do poder da igreja católica.

A reforma protestante da Europa no XVI levantou críticas e questionamentos sobre as doutrinas, o dogmatismo da igreja católica. Nos séculos XVIII a XX ocorreram a Revolução Industrial, a entrada das novas tecnologias e a Revolução Francesa, que cancelou o poder do absolutismo monárquico, a descentralização do poder nas mãos do monarca e do clero. Do outro lado, o poder da burguesia ficou cada vez mais acentuado, a laicização das instituições aconteceu. Todos esses episódios traduziram uma tensão ameaçadora, uma disputa de poder acirrada, na qual as congregações estavam inseridas e necessitavam de uma válvula de segurança.

Na Itália, berço dessa ordem religiosa, a Igreja fica diante de um Estado laico que confisca seus territórios e questiona o poder político do papado. Para enfrentar seus adversários ela reorganiza sua hierarquia através de várias medidas denominadas de ultramontanismo e romanização (PITILLO, 2015, p. 1).

Uma maneira defensiva que a igreja católica usou de resistência à sua impotência diante dos acontecimentos foi a de renascer, tentar recristianizar a população. E com certeza o grupo mais receptivo era o dos mais vulneráveis.

Para o padre piemontês a juventude pobre ficou desprotegida, exposta a este venal de ideias, ideologias e novas doutrinas que a arrastava para a perdição. Dom Bosco tinha que enfrentar esses embates, além de tentar conter as influências “malévolas” do protestantismo em expansão no território italiano. Diante disso se viu compelido a dar respostas e sua opção foi trabalhar com a juventude marginalizada ou em via de marginalização. Camponês de origem, sofreu forte influência de sua mãe que o iniciou na vida religiosa e o ajudou na implantação de seu primeiro oratório (PITILLO, 2015, p. 2).

Scaramussa (1977), ao descrever o perfil dessa juventude marginalizada, acrescentou que eram jovens com histórico de cárceres, presos por furtos e outros delitos, trabalhadores abandonados. Além disso, a situação escolar na Itália era precária, muitos lugares estavam

desprovidos de escolas elementares e a congregação salesiana, na figura de Dom Bosco, passou a desenvolver obras caritativas com esses jovens e, simultaneamente, os evangelizavam. O seu objetivo principal, segundo Paula (2008), era a salvação cristã das suas almas por meio da doutrina religiosa. Assim, criou-se a sociedade Salesiana, em 1859, para cuidar dos meninos e, em 1869, a associação Maria Auxiliadora. Esta era composta por um grupo de freiras da qual Maria Domingas Mazzarello fazia parte. Ela foi a cofundadora da associação e do instituto Maria Auxiliadora, que cuidava da educação das moças (PAULA, 2008).

No âmbito da formação desses jovens, Dom Bosco criou um sistema chamado “sistema preventivo de Dom Bosco ou sistema Salesiano de Educação” (SCARAMUSSA, 1997). O autor salientou o fato de que não houve uma formação pedagógica, que não era a sua intenção sistematizar uma prática educativa formal para ser seguida, mas esse modelo passou a fazer parte da identidade educativa salesiana.

Seu sistema baseou-se em três pilares: *amorevolezza*, razão e religião (SCHIELE, 2008; PAULA, 2008; SCARAMUSSA, 1997). Isto é, uma educação baseada no afeto, na razão e na religião, tendo a última como prioridade educacional para a transmissão de valores cristãos. Em 2017, foi publicada no site da missão Salesiana de Mato Grosso uma lista intitulada - o mapa dos salesianos no mundo - sobre as estáticas do alargamento da congregação. Foi registrado o seguinte:

[...] Os Salesianos de Dom Bosco (SDBs) estão presentes em 132 países, divididos em 88 Inspetorias que são compostas por 1.892 casas salesianas. No mundo há 14.777 SDBs, sendo que 10.103 são padres, 1.658 são irmãos, 2.584 são estudantes e 432 são noviços. Um total de 128 bispos da Igreja Católica são da Congregação Salesiana (SALESIANO, 2017).

A sua presença em 132 países marca mais da metade dos países existentes no mundo, se considerados os dados mundiais apresentados pela Organização das Nações Unidas - ONU⁴. Isso reforça a complexidade desse poder da igreja católica no mundo e como ele pode ser um vetor de manipulação, opressão e controle social.

No que tange às irmãs salesianas, ou as filhas de Maria Auxiliadora, que atuaram na educação feminina, o seu crescimento seguiu o dos salesianos. Essa instituição completou 150 anos de existência.

[...] à sua expansão na América do Sul, o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora crescia na Europa e chegava também à Ásia (1891) e África (1893). O último continente a receber a presença das FMA foi a Oceania, com sua chegada em 1954 na

⁴ Para mais informações acesse o link: [Estados-Membros das ONU - Nações Unidas \(dadosmundiais.com\)](http://dadosmundiais.com).

Austrália. Segundo dados do próprio Instituto, até o ano de 2020, o mundo contava com 11.225 Filhas de Maria Auxiliadora, espalhadas em 97 países (CONGREGAÇÃO SALESIANA, 2022).

As datas da ida da congregação a outros continentes confirmaram o enfraquecimento do poder eclesiástico católico na Europa e a sua estratégia de conquistar novos territórios. Uma vitória tão tangível quanto preocupante, ao considerar os dados acima.

1.4 A Congregação Salesiana e a Proposta de Educação em Goiás

A presença da congregação salesiana inseriu-se, como visto anteriormente, dentro de um contexto mais amplo dos projetos de ação política da Igreja ultramontana, de disseminação de valores conservadores da igreja visando alcançar diversos países. Tendo

como o objetivo de retomar antigos espaços perdidos graças à secularização progressiva dos diversos Estados, além de conseguir novos territórios até então pouco explorados ou desconhecidos pela Igreja Católica e ainda garantir a centralização do poder e a obediência ao Sumo Pontífice, uma das principais ações da Santa Sé como parte deste movimento foi o estímulo à prática missionária voltada para a evangelização e educação dos povos (UZUN, 2019, p. 4).

O advento das congregações e ordens católicas na educação no Brasil veio a serviço de tal objetivo. A presença dos salesianos no país foi iniciada pelo D. Pedro Maria de Lacerda, que

despertou interesse pela vinda da comunidade salesiana para o Brasil, buscando reforçar o programa de reforma católica que havia sido introduzido em sua diocese. Dois anos depois, o próprio D. Lacerda encontrou-se pessoalmente com D. Bosco em Roma e em Turim, passando a aumentar o diálogo para o envio dos salesianos como colaboradores do processo de romanização no Brasil (UZUN, 2019, p. 7).

Nesse contexto, de acordo com Costa e Gonçalves (2019), a congregação chegou ao Brasil no dia 14 de julho de 1883, em Niterói, Rio de Janeiro. De Niterói, implementou diversas obras como meio de chegar ao seu fim. Os primeiros estabelecimentos liderados pelos salesianos se encarregaram somente da educação do público masculino. Somente em 1892 as irmãs salesianas chegaram para atuar na educação feminina. O Colégio de Santa Inês, em São Paulo, tornou-se a sede da primeira inspetoria das Filhas de Maria Auxiliadora - FMA no país (PAULA, 2008). Assim, as escolas Salesianas foram, paulatinamente, criadas em diversas regiões.

Quadro 3 - Localização das unidades salesianas no Brasil de 1930 - 1946

| Estado | Cidade | Instituição | Ano | Total |
|----------------|-------------------|---|------------|--------------|
| Amazonas | Manaus | Colégio Nossa Senhora Auxiliadora | 1930 | 1 |
| Ceará | Baturité | Instituto Nossa Senhora Auxiliadora | 1932 | 3 |
| | Fortaleza | Colégio Juvenal de Carvalho | 1933 | |
| | Juazeiro do Norte | Colégio Salesiano São João Bosco | 1942 | |
| Espírito Santo | Vitória | Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória | 1943 | 1 |
| Goiás | Anápolis | Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora | 1937 | 6 |
| | Bonfim | Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora | 1932 | |
| | Goiânia | Escola Normal Santo Agostinho | 1934 | |
| | Ipameri | Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida | 1936 | |

| | | | | |
|-------------------|----------------|--|------|------------|
| | Pirenópolis | Escola Normal Nossa Senhora do Carmo | 1937 | |
| | Goiânia | Colégio Ateneu Dom Bosco | 1942 | |
| Mato Grosso | Cuiabá | Colégio Coração de Jesus | 1945 | 1 |
| Pernambuco | Recife | Instituto Santa Maria Mazzarello | 1938 | 1 |
| Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | Instituto Nossa Senhora Auxiliadora | 1936 | 1 |
| Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Escola de Ensino Fundamental Maria Auxiliadora | 1946 | 1 |
| São Paulo | Ribeiro Pires | Escola Nerina Adelfa Ugliengo | 1933 | 4 |
| | Salto | Escola Sagrada Família | 1936 | |
| | São Paulo | Colégio Salesiano Santa Teresinha | 1937 | |
| | | Escola São José de Vila Matilde | 1938 | |
| Total | | | | 19 escolas |

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Entre 1930 e 1946 houve a criação de dezenove (19) escolas espalhadas em nove (9) Estados: Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Nesse período de 1930 a 1946, os dois estados nos quais concentraram-se a maioria das escolas da rede salesiana foram os Estados: Goiás, com seis (6);

e São Paulo, com quatro (4) escolas. Interessante observar que esses estados citados anteriormente estão localizados nas cinco (5) regiões do país: Norte (Amazonas); Nordeste (Ceará, Pernambuco); Sul (Rio Grande do Sul); Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo); Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso). Pode-se inferir que se tratou de um plano de ações estratégicas de propagação do poder doutrinário da igreja católica.

Retomando a realidade em Goiás, a atuação da congregação na educação deu-se por meio do empreendimento do Bispo Manuel Gomes de Oliveira na interferência nos projetos políticos e educacionais do Estado, com sua primeira atuação na educação por meio do

Ginásio Arquidiocesano Anchieta, em 1926, para o público masculino, e o Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1932, para o público feminino. O ginásio Arquidiocesano Anchieta se destacou na formação de importantes figuras do Estado de Goiás, e em virtude da excelência no campo educacional para os demais municípios pertencentes à região da estrada de ferro. (COSTA; GONÇALVES, 2019, p. 254).

Após a criação do Ginásio em Goiás, percebeu-se gradativamente o alargamento do poder da congregação Salesiana no estado, e no período de 1932 a 1942, trouxemos novamente de maneira mais centrada um quadro dessas escolas no estado pela sua relação direta com o nosso objeto em análise (Quadro 4).

Quadro 4 - Criação de algumas Escolas Normais privadas Confessionais em Goiás no Estado-Novo de 1932-1942

| NOME | CIDADE | ANO |
|---|---------------|------------|
| Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora | Bonfim | 1932 |
| Escola Normal Santo Agostinho | Goiânia | 1934 |
| Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida | Ipameri | 1936 |
| Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora | Anápolis | 1937 |
| Ginásio Normal Santo Agostinho | Goiânia | 1937 |
| Escola Normal Nossa Senhora do Carmo | Pirenópolis | 1937 |
| Colégio Ateneu Dom Bosco | Goiânia | 1942 |

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Costa e Gonçalves (2019).

No período de dez (10) anos, foram inauguradas sete (7) escolas no Estado, o que pode ser entendido no âmbito de sua ascensão no comércio nacional. Passou-se a cobrar a sua adequação ao padrão de progresso nacional e a igreja católica, para também assegurar a sua autoridade, passou a investir na educação da população goiana. Pois, segundo Gomes Filho (2014), a partir dos anos 1920 houve um importante fluxo migratório na cidade promovido pelo salto significativo da economia, derivado da produção agrícola e pecuária, e mais tarde da ferroviária. Todas as instituições listadas acima, ao ler a história da sua fundação, objetivavam evangelizar e instruir a mocidade da elite goiana, oferecendo uma educação no regime de internato, semi-internato e externato.

Da mesma maneira, ocorreu a sua interferência em Anápolis, o seu incômodo com os missionários evangélicos demonstrou a sua intenção de restauração da autoridade eclesiástica. De acordo com Azzi (2003), ocorreram diversas reclamações de pais opondo-se à continuação da forma de organização da Escola Normal de Anápolis e alegando a sua preferência por uma escola exclusivamente feminina para suas filhas.

1.5 As Escolas Normais em Anápolis no Período de 1925-1937

Foram poucos os documentos encontrados a respeito da primeira instituição normal na cidade. Encontramos: no Tombo e impressões de visitas (1931) um parágrafo que citou a sua existência para anunciar a sua extinção decorrente da infelicidade do governo com ela; no arquivo histórico de Goiânia achamos um documento chamado Instrução pública (1929) abordando brevemente a sua existência por meio da apresentação de alguns dos seus professores e alunos do curso de pedagogia, mas sem falar sobre o perfil desses. E, também, Borges (2011) e Ferreira (2011) fizeram rapidamente sua menção nas suas produções. Essa falta de documentos completos e a fragmentação das informações impossibilitaram uma apresentação do perfil dos alunos e o modo de funcionamento dessa instituição. Portanto, apresentaremos de maneira sucinta.

A formação docente para o magistério iniciou-se na cidade com a criação do Instituto de Ciências e Letras de Anápolis - ICLA pela emissão de sua licença pelo secretário do Interior e da Justiça para o Dr. Genserico Gonzaga Jaime, por meio da Portaria datada de 27 de fevereiro de 1925 (FERREIRA, 2011; BORGES, 2011).

De acordo com Borges (2011), em 1927 foram dadas as condições da equiparação do instituto, por meio do Decreto-Lei n. 830 de 23 de julho do referido ano, sancionado pelo presidente do Estado de Goiás – Brasil, Ramos Caiado, por meio dos seguintes artigos:

Art. 1º- Fica equiparado ao curso Normal do Estado, o mantido pelo Instituto de Ciências e Letras da Cidade de Anápolis, desde que naquele estabelecimento se observe os respectivos programas oficiais e sejam aprovados pelo Governo do Estado
§ Único - A equiparação do referido Instituto só será concedida depois do relatório apresentado pelo Inspetor Escolar.

Art. 2- Revogam-se as disposições em contrário. (BORGES, 2011, p. 144)

Em 1928, mediante o Decreto n. 9.642 de 3 de fevereiro, foi executada a sua equiparação e nomeado o fiscal do Governo, o Dr. Joaquim Augusto Perilo. Borges (2011) registrou o corpo docente e os alunos do curso normal no ano de 1930 do ICL, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 - Alguns membros do corpo docente do ICL em 1929-1930

| |
|--------------------------------|
| Faustino Plácido do Nascimento |
| Genserico Gonzaga Jaime |
| Carlos Pereira Magalhães |
| Jovelino de Campos |
| Jaime Fanstone |
| Nicéforo Pereira da Silva |
| Júlio Masciocchi |
| Adalberto Pereira da Silva |
| Demerval Arouca |
| Olerac Chagas Leite |
| Dayse Fanstone |
| Belmira Maia de Azevedo |
| Belizária Correa |
| Diva Silva |
| Olivia Ribeiro da Silva |

Fonte: Borges (2011).

O corpo docente foi formado tanto por normalistas quanto por personalidades importantes que, possivelmente, foram escolhidas pela forte influência na cidade, tais como: Faustino Plácido do Nascimento, que era farmacêutico; Genserico Gonzaga Jaime, que era médico; e Jaime Fanstone, que atuava como cirurgião (BORGES, 2011).

No próximo quadro (Quadro 6), apresentamos a turma do curso normal de 1930 da instituição. Como mencionamos anteriormente, não houve nenhum registro sobre quem eles eram, porém, é possível ter uma noção quantitativa daqueles que cursaram o normal no referido ano.

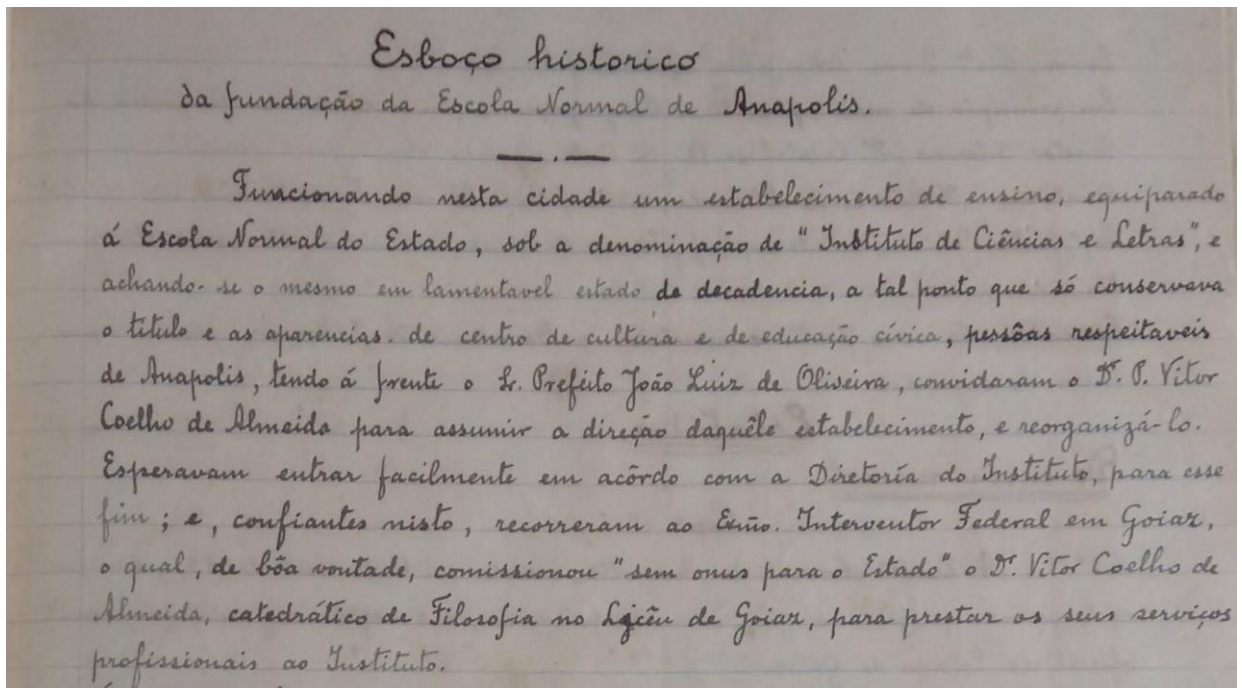
Quadro 6 - Alunos de curso normal do ICL de 1930

| 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano |
|-----------------------------|---------------------|--------------------|----------------------------|
| Francisca Miguel | Gentil Ramos | Belchiorina Dafico | Maria José do Couto Dafico |
| José Crispim Borges | Sebastiana Xavier | Maria Crispim | Maria Azevedo Crispim |
| Luzia Silva | Anália Lousada | Adélia Faria | Maria de Lourdes Silva |
| Genésio Crispim | Eucaris de Carvalho | Iraides Silva | Nair Xavier Nunes |
| Valdeberto Batista Arantes | Maria Caiado | | |
| Armando de Jesus de Pereira | | | |
| Adalgisa Batista Arantes | | | |

Fonte: Borges (2011).

O quadro 6, dos alunos, indicou o caráter misto daquele ensino. Em 1930, o total de alunos matriculados em cada ano foi totalizado da seguinte maneira: sete (7) no 1º ano; cinco (5) alunos no 2º ano; quatro (4) alunos no 3º e 4º ano. Contabilizamos um total de 20 alunos no curso naquele ano. Do 1º ano ao 4º ano, os números de alunos diminuíram. Isso poderia ser justificado talvez pela transição na administração iniciada pela classe oligárquica ao querer mudar a sua diretoria. Pois foi em 1930 que se iniciou esse processo, como está registrado no trecho da Figura 3.

Figura 3 - Nota da decisão de substituir o Instituto de Ciência e Letras- ICL



Fonte: ESCOLA NORMAL DE ANAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS (1931).

Observou-se no trecho acima que a justificativa para sua extinção foi com base na sua situação lamentável. Todavia, com a implicação dos setores religiosos na transferência da sua direção, esse argumento não se sustentou.

Ainda em relação às fontes sobre essa instituição, foram encontradas algumas páginas no registro do Instituto de Ciência e Letras da instrução pública (1929) do arquivo histórico de Goiânia relatando brevemente que essa instituição ofertava o curso de pedagogia, apresentando as matérias do curso de 1929, como que está listada no Quadro 7.

Quadro 7 - As matérias lecionadas no programa do ICLA

| |
|--------------------------|
| Português |
| Francês |
| Aritmética |
| Geografia |
| Chorographia |
| Cosmographia |
| Desenho à mão livre |
| Desenho com instrumento |
| História Natural |
| Botânica |
| Mineralogia |
| Zoologia especial |
| Physica |
| Chimica |
| História do Brasil |
| Instrução Moral e Cívica |

Fonte: elaborado pela autora (2023), com base em INSTITUTO DE CIÊNCIA E LETRAS DE ANÁPOLIS, INSTRUÇÃO PÚBLICA (1929)..

Essas matérias foram ministradas e distribuídas durante os quatro (4) anos do curso normal. Notamos que as matérias são divididas em disciplinas científicas e disciplinas de profissionalização, tais como: Desenho com instrumento, Desenho à mão livre. Encontramos também no arquivo do Instituto de Ciência e Letras da Instrução Pública (1929) um documento sobre o programa da cadeira de pedagogia nos anos de 1929, que foi listado no Quadro 8.

Quadro 8 - Programa da cadeira de pedagogia em 1929

| |
|--|
| Educação em geral; Educação Physica e Intelectual |
| Educação dos Sentidos |
| Cultura da intenção |
| Cultura da memória |
| Cultura da imaginação |
| Da faculdade da reflexão, julgamento, abstração e raciocínio |
| Cultura da sensibilidade |
| Educação moral |
| A vontade e a liberdade dos costumes |
| Metodologia. Pedagogia prática |
| Leitura e escrita |
| Das lições de coisas |
| Sobre o estudo do vernáculo |
| Como se ensina a História |
| Como se ensina a Geografia |
| Sobre a instrução Moral e Cívica |
| O desenho, a música, o canto |
| Outros exercícios escolares |
| Das recompensas e dos castigos; equidade |
| Da disciplina |

Fonte: elaborado pela autora (2023), com base no documento do INSTITUTO DE CIÊNCIA E LETRAS DE ANÁPOLIS - INSTRUÇÃO PÚBLICA (1929).

Vejamos que a grade disciplinar no quadro 8 sobre o programa da cadeira de pedagogia em 1929 englobou as lições de coisas; Disciplinas da faculdade de reflexão, julgamento, abstração e raciocínio; Cultura de sensibilidade, da imaginação, dos sentidos; Pedagogia prática etc., que faziam parte das novas orientações metodológicas fundamentadas no método de ensino intuitivo.

Conforme Valdemarin (2000), esse método surgiu no século XIX, com a escola moderna, na criação de novas formulações na cultura escolar para o rompimento ao ensino mecânico e adoção de práticas no entendimento que

o processo de ensino deve desenvolver-se do simples para o complexo, do que se sabe para o que se ignora, dos fatos para as causas, das coisas para os nomes, das ideias para as palavras, dos princípios para as regras, ou seja, do que pode ser observado para a abstração. Assim sendo, observar é progredir das percepções dos sentidos para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento, por meio de atividades concretas que são, ao mesmo tempo, expressão do pensamento e da experiência. Dada a proposição de que os sentidos são os instrumentos determinantes para a aquisição do conhecimento, os objetos a serem utilizados no ensino, isto é, postos para serem observados, assumem papel fundamental, pois são a garantia de que o conhecimento não seja meramente transmitido, mas gerado com base no contato com o objeto (VALDEMARIN, 2000, p. 77).

Isto é, partindo de um ensino mais concreto e racional. O método intuitivo foi chamado também de lição de coisas, no sentido de que eram considerados como manuais de instruções (VALDEMARIN, 2000). Esse método foi adotado também no curso normal oferecido pelo ICLA e pelas outras escolas que lhe sucederam. O ensino, embora possibilitasse a preparação do sujeito no plano científico, trazia o aspecto profissionalizado que atendia às necessidades da época em que se falava muito do projeto de modernização e industrialização nacional. Assim, priorizava a formação de mão de obra profissionalizada e do sujeito patriótico, por meio também da disciplina moral e civismo e ensino de trabalho manual.

Em relação à extinção dessa instituição, observamos que o argumento usado foi o seu “estado lastimável” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 1), não era mais adequada para receber os alunos, todavia, era um discurso para o apagamento da instituição para, posteriormente, abrir o caminho para as congregações católicas.

Isso porque, ao iniciar essa discussão, logo convidaram o padre Vitor Coelho de Almeida como diretor. Entretanto, dentro do contexto de disputa de dominação do protestantismo no município, a proposta encontraria a resistência do setor evangélico na efetivação dessa nova direção.

[...] Vindo para Anápolis, o Dr. Vitor Coelho, o novo diretor, se deparou com obstáculos no seio da Congregação do Instituto, promovidos pelo sectarismo protestante do Prof. Carlos Magalhães, que se opunha à direção e orientação católica, que entrevia, e pelo Professor Adalberto, ex-Intendente, por motivos políticos de oposição ao atual prefeito. Balados todos esforços de reconciliação, durante o mês de março de 1931, surgiu então a ideia de se deixar à margem esse estabelecimento, que não preenchia os fins de instrução e educação, criando-se uma Escola Normal

(ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 1).

Os dados acima demonstram a oposição dos evangélicos, chamada no documento de “sectarismo protestante” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 1), frente ao monopólio católico. O termo sectarismo traduz uma intolerância não apenas ao grupo evangélico, mas também do católico conservador e as suas atitudes interesseiras de dominar. O Prof. Carlos Magalhães, acima citado, era especificamente “filho do Eduardo C. P. Magalhães, fundador da igreja Presbiteriana do Brasil” (ABREU, 1997, p. 95). Essa resistência ao setor protestante frustrou a ideia inicial, e como alternativa surgiu a resolução da criação da Escola Normal de Anápolis em 1931.

Perante 21 professores convocados pelo Sr. Prefeito, na residência do Dr. Crystalino Bernardino da Costa, foi criada a Escola Normal de Anápolis, nomeado Diretor interino o Dr. Crystalino. Abertas as matrículas e requerido ao governo um Fiscal provisório, foi inaugurado a Escola, com o Curso Complementar anexo, em 15 de abril, funcionando no prédio do grupo escolar; e nomeado fiscal provisório o Dr. Vitor C. de Almeida que ao fim do referido mês apresentou o seu relatório favorável à equiparação do novo estabelecimento. (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 1).

A ENA não tinha ainda o seu próprio local de funcionamento, por isso passou a funcionar seus cursos normal, e complementar em contra turma, no local do grupo escolar 24 de outubro (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). A sua direção também era colocada nas mãos de pessoas influentes da cidade, sem nenhuma preocupação com as suas qualificações para tal, assim como fizeram com o ICLA. Isso ecoou em ações políticas, provocando uma mobilização de grupos alheios à questão educacional, tais como médicos, empresários, políticos dentre outros. O Diretor interino, o Dr. Crystalino, era cirurgião-dentista prestigiado na cidade (FERREIRA, 2011). Isso demonstrou que a educação não era prioridade nas discussões políticas, mas servia para manter o prestígio de grupos antagônicos.

Na ata de fundação da referida instituição, relatou-se que no dia da sua inauguração, tiveram uma forte movimentação das grandes personalidades da cidade, conforme pode-se ler no trecho que se segue:

[...] reuniram-se, com o objetivo de fundar a Escola Normal de Anápolis, os senhores Dr. Jovelino de Campos, Juiz de Direito da Comarca, João Luiz de Oliveira, Prefeito Municipal, Alarico Torres Verano, Diretor do Grupo Escolar, Dr. Genserico Gonzaga Jayme, médico, Dr. Crystalino Bernardino da Costa, cirurgião-dentista, Dr. José Honório Ferreira, farmacêutico, Joaquim Firmo de Velasco, Juiz Municipal, Dr. Júlio Masciocchi, engenheiro, normalista Zanira Campos e Belisária Corrêa, professoras do Grupo Escolar, Dr. Vitor Coelho de Almeida, professor de Filosofia do Liceu de Goiás, Aquiles de Pina e Graciano Antônio da Silva, José Lourenço Dias, advogado,

e Jarbas Jayme, funcionário municipal e aí, com as palavras de Oliveira, Luiz, com a palavra, o Sr. João de Oliveira, Prefeito Municipal, expôs o fim da reunião, tendo sido aplaudida e aceita por todos a ideia de se criar, nesta cidade, a referida escola. (FERREIRA, 2011, p. 149).

Percebeu-se que era uma mobilização política, na qual reuniram-se os prepotentes setores civil e o Estado para decidir o rumo educacional no município. Esse agrupamento era de médicos, farmacêuticos, engenheiros, juizes, comerciantes, advogados e alguns professores que lecionavam no grupo escolar da cidade. Essa mobilização demonstrou e reforçou o fato de que a educação estava no meio do jogo de poder, nas mãos dos mais influentes do setor civil, além da concorrência existente no setor protestante (católicos e evangélicos).

No dia 15 de abril, inaugurou-se a Escola com o curso complementar. No dia 30 de abril, a Escola e a nomeação da Exma. “Sra. Diva Silva foi oficialmente reconhecida pelo Secretário Interino, D. José Honorato da Silva e Souza por meio de um telégrafo” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 1-2). No dia seguinte, estabeleceu-se perante a Congregação a diretoria provisória para a gestão da instituição: Crystalino Bernardino da Costa, diretor; Júlio Masciocchi, Vice-Diretor; Jarbas Jayme, Secretário; Joaquim Firmo de Velasco, Tesoureiro (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931). Como foi comentado anteriormente, essa esquadra tinha como diretor, um médico; vice-diretor, um engenheiro; secretário, um funcionário público; e tesoureiro, um juiz (FERREIRA, 2011).

Era uma escola mista subvencionada e equiparada ao programa oficial do Estado de Goiás, isto é, oferecia um ensino conforme o programa oficial do Estado para ambos os públicos – masculino e feminino. Recebia uma subvenção estimada em 24.000 réis e, do município, 6000 réis anuais, segundo a Lei de Orçamento do Decreto n. 1325 de 8 de agosto de 1931 (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931).

A escola cobrava um valor de 20,00 réis para a matrícula e uma taxa mensal. Conforme o art. 61, “cada aluno deve pagar (...) adiantadamente a mensalidade de 15\$000” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 9). Esse valor era fixo para ambos os cursos - normal e complementar. O Art. 111º do curso complementar estipulou que “os alunos do curso complementar pagarão adiantadamente a mensalidade de 15\$000. Não haverá desconto de dias e as mensalidades ocorrem de 1º a 3º do mês”. (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 18).

Para entender o que significava esse dinheiro na época, foi preciso consultar a legislação através da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que no seu art. 6 definiu o piso salarial a 50\$000

(cinquenta mil réis) por sessão até o máximo de 200\$000 (duzentos mil réis) por mês. O valor fixo variava de uma região para outra (BRASIL, 1936). Isto é, a mensalidade era consideravelmente cara, visto que dependendo da região valia mais que a metade do salário que um trabalhador ganhava. Consequentemente, impossibilitava-lhes em oferecer esse tipo de educação aos seus filhos. A ENA, de uma certa maneira, era para a classe que tinha mais condições econômicas para manter seus filhos dentro do sistema.

Assim, percebemos que apesar da implicação do Estado no ensino, ele não era ainda totalmente gratuito. Segundo Vieira (2007), a constituição de 1824, que decretou a escola pública gratuita para todos, naquela época só englobava a modalidade de ensino primário. A constituição de 1934 também se encontrou na organização e manutenção de sistemas educativos, com proposta de acessibilidade do ensino primário. O “ensino primário integral e gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos e tendências à gratuidade do ensino ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível” (art. 150, parágrafo único, "a" e "b") (VIEIRA, 2007, p. 297). A autora (2007) acrescentou que

A ideia de gratuidade da Constituição de 1934 o texto de 1937 contrapõe uma concepção estreita e empobrecida. Embora estabeleça que “o ensino primário é obrigatório e gratuito” (art. 130), acrescenta no mesmo artigo o caráter parcial dessa gratuidade que “não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar”. A educação gratuita é, pois, a educação dos pobres (VIEIRA, 2007, p. 298).

Por isso, a escola normal de 1931, embora sob responsabilidade do Estado, cobrava mensalidade dos alunos, supondo que os mais pobres eram isentos por meio de comprovação de pobreza.

Referente ao ensino na ENA, foi notado nos artigos 3 e 4 o seguinte:

Art 3º- O curso Complementar, em dois anos, e a Escola Normal, em quatro, se complementam; sendo o primeiro um ensino propedêutico para a Escola, e sendo esta destinada a formação do magistério primário, e constará das seguintes cadeiras:

- 1º Português, caligrafia e literatura
- 2º Francês.
- 3º Aritmética, álgebra, geometria.
- 4º Geografia, cosmografia, corografia do Brasil.
- 5º História universal e história do Brasil.
- 6º História, corografia, mineração de Goiás.
- 7º Física, química, zoologia, botânica, geologia e mineralogia.
- 8º Pedagogia, didática, psicologia e lógica.
- 9º Instrução moral e cívica, e higiene.
- 10º Desenho e trabalhos manuais.
- 11º Música e orfeão.
- 12º ginástica e escotismo.

Artº 4º - essas matérias ficaram distribuídas em aulas semanais pelos quatros anos. (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 2).

Segundo Tanuri (2000), a grade disciplinar era dividida em disciplinas das humanidades e de caráter profissionalizado. Naquela época, a formação normal começou a ser influenciada pelas ideias da escola nova em relação à infância por meio de matérias, tais como: pedagogia, psicologia e higiene. O espírito de patriotismo, de ordem, era transmitido em disciplinas como: música e orfeão; instrução moral e cívica, e higiene; escotismo. A música cantada enaltecia a pátria e, assim, o ensino deveria preparar o indivíduo para os seus deveres devotos ao projeto de nação da época, em que a ordem andava de mãos dadas ao progresso. Então, era imprescindível que os futuros professores fossem preparados para a transmissão dos valores nacionais para as crianças.

Observou-se também que o uniforme condizia com a ideia de ordem impregnada no projeto político da época:

O uniforme masculino: calça comprida, blusa de escoteiro de brim kaki, lenço vermelho à gola da blusa, chapéu de brim kaki, com abas de 8 cm e fita vermelha, botinas pretas. O uniforme feminino: saíote, calcóis e blusa e blusa kaki, lenço vermelho à gola da blusa, chapéu de brim kaki com abas de 10 cm. E fita vermelha, sapatos de cor preta (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 3).

Além da obrigatoriedade do uniforme de escoteiro para o acesso à sala de aula, cobravam a pontualidade nas aulas, o bom exemplo fora da escola e era proibido levar objetos perigosos e nocivos para a escola, cobrava-se, ainda, o cuidado com os objetos e com o espaço escolar (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931). Essas alegações indicam que houve uma preocupação em modelar o tipo de sujeito que a sociedade precisava. Se pensarmos na expansão do mundo capitalista, o mercado de trabalho necessitava de uma educação mais profissionalizante, na qual o sujeito adequa-se às suas exigências.

Um outro ponto relevante que pressionava o país a elaborar regras de controle social, e que com certeza aparecessem no âmbito educacional, foi a sua tentativa de atender às exigências mundiais de modernização, de se colocar no comércio mundial. Necessitava do “processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passava para urbano-comercial” (BATISTA; SILVA, 2016, p. 2). A educação, por sua vez, tornou-se uma pauta nacional, por meio da qual se alcançaria o progresso. “A educação foi organizada para dar forma ao cidadão republicano, visando homogeneizar a cultura para atender as demandas

da sociedade e apresentava como tarefa maior, atender as exigências do capitalismo e da produção” (REMER; STENTZLER, 2009, p. 6339). Assim, necessitava de sua instrumentalização.

Diante disso, uma série de medidas de alcance nacional referentes à educação: em 1931 com as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação, inclusive na educação profissional; em 1934 a Constituição Federal que colocava a exigência de ação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema. (BATISTA; SILVA, 2016, p. 3).

Essa instrumentalização e o controle das finalidades educacionais foram institucionalizados por meio de regulamentos legais que assegurassem a sua efetivação. Um outro elemento de exigência na referida escola era o uso do método intuitivo analítico, como vimos que era usado também no ICLA, a instituição a antecedeu. Todavia,

o método intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e, sobretudo, de Pestalozzi. Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação. Difundiu-se amplamente na Europa na segunda metade do século XIX, quando o movimento de renovação pedagógica entrou em sua fase ativa, tornando-se a nova tendência] norteadora do ensino, especialmente do ensino primário (REMER; STENTZLER, 2009, p. 6335).

Segundo as autoras, esse método foi idealizado e sistematizado por Rui Barbosa, na transição do Império para a República, dentro do projeto modernizador da sociedade brasileira. Acreditava-se, por meio do método analítico, oferecer uma educação integral que preparasse o sujeito para a vida, incluindo diferentes modalidades no ensino, que trabalhariam o corpo e a mente. Também buscou-se colocar em pauta, nos discursos políticos, a educação das crianças, propulsando a criação do jardim infância.

Uma nova concepção de infância, a generalização da ciência como forma de “mentalidade” e o processo de racionalização do ensino. Considerava a natureza do desenvolvimento infantil como princípio básico para a educação e seus desdobramentos de orientação psicológica para a aquisição do conhecimento e, por conseguinte, para a organização do ensino (REMER; STENTZLER, 2009, p. 6338).

Esse método era então o usado na ENA, que exigia, conforme o art. 8º, que o ensino deveria ser claro, conciso e com a participação dos alunos, e as aulas práticas deveriam fazer parte da dinâmica das aulas. As disciplinas de pedagogia e didática eram imprescindíveis para

a formação dos futuros professores (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931).

No tocante ao sistema avaliativo, os alunos eram chamados à lição durante as aulas e mensalmente realizavam provas escritas. As notas eram computadas em números: 0 - péssimo; 1 a 3 - má; 4 a 6 - sofrível; 7 a 9 - boa; e 10 - ótima (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 3). Essa prática avaliativa de provas e exames, de acordo com Oliveira *et al.* (2007), originou-se na escola moderna dos séculos XVI e XVII, vinculada ao fortalecimento da sociedade burguesa. Essa cultura avaliativa estava fundamentada nas práticas ameaçadoras e autoritaristas do docente sobre o aluno, uma avaliação que priorizava o processo de mensuração em detrimento de uma aprendizagem significativa.

Em relação à reprovação, o documento da ENA de tombo e impressões de visitas (1931) registrou que quem fosse reprovado poderia fazer de novo as provas nas matérias necessárias, agendando-as na secretaria para a segunda época, datada de 1 a 15 de fevereiro (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931). O programa da ENA seguiu o Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931, que definiu a inscrição dos exames de admissão do ensino secundário. Estipulou: em seu “art 18 inciso § 1º A inscrição neste exame será feita de 1 a 15 do referido mez” (BRASIL, 1931).

No que diz respeito à organização das aulas, o número de alunos não poderia exceder 40 em cada aula, em caso contrário necessitava abrir aulas suplementares. Todavia, as aulas iniciaram-se com um total de 46 alunos, dos quais 22 eram do curso complementar e 24 do curso normal. Em relação à porcentagem de alunos de cada sexo no referido ano, Santos (2022) analisou que

63% eram do sexo masculino e 37% do sexo feminino. Em relação aos cursos, no curso complementar (1º ano), 55% eram do sexo masculino e 45% feminino. No que diz respeito ao curso normal, 71% eram do sexo masculino e 29% feminino. Analisando cada classe do ensino normal, tem-se: no 1º ano, 100% dos alunos eram do sexo masculino; no 2º ano, 56% era do sexo feminino e 44% masculino; no 3º ano, 100% do sexo feminino e no 4º ano, 60% era do sexo masculino e 40% do feminino. Assim sendo, pode-se comprovar que no 2º e 3º anos o número de mulheres frequentando o curso normal foi maior, mas, no cômputo geral, os homens eram em maioria no curso normal e no complementar. (SANTOS, 2022, p. 9).

Embora o somatório do público que mais frequentava ambos os cursos ao longo dos anos indique os meninos como maioria, pode-se notar a tomada desse espaço pelas meninas no decorrer do tempo. Isso porque o magistério representou a sua emancipação num espaço de caráter científico, profissionalizante. A idade dos alunos se estendia de 10 a 30 anos. Quanto à

cidade de origem desses alunos, variou entre três estados do país, conforme registrado no Quadro 9, abaixo.

Quadro 9 - Localidades de origem dos alunos da Escola Normal de Anápolis de 1931

| Estado | Nome da cidade em 1931 | Nome da cidade na atualidade |
|--------------|------------------------|------------------------------|
| Minas Gerais | Uberlândia | Uberlândia |
| | Uberaba | Uberaba |
| | Paracatu | Paracatu |
| | Estrela do Sul | Estrela do Sul |
| Goiás | Jaraguá | Jaraguá |
| | Catalão | Catalão |
| | Anápolis | Anápolis |
| | Pirenópolis | Pirenópolis |
| | Itaberaí | Itaberaí |
| | Formosa | Formosa |
| | Campinas | Goiânia |
| | Goyaz | Goiás |
| | Ipameri | Ipameri |
| | Itaberahy | Itaberaí |
| | Santa Cruz | Santa Cruz |

| | | |
|-----------|----------------|----------------|
| | Santa Luzia | Luziânia |
| | Aracati | Souzania |
| | Bomfim | Silvânia |
| | Trinidade | Trinidade |
| São Paulo | Ribeirão Preto | Ribeirão Preto |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações da Escola Normal de Anápolis, Livro de Matrículas (1931/1937).

Além dos alunos oriundos dessas localidades, a escola recebeu a aluna Luzia Liffermam, de nacionalidade alemã. Ela ingressou em 1933, no 1º ano do curso Normal, conforme o despacho do diretor. Esse caso específico foi pelo fato de seu pai ter sido enviado para trabalhar no país naquela época (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, LIVRO DE MATRÍCULAS, 1931/1937). Por fim, os alunos da ENA eram oriundos de três principais estados do país: Minas Gerais, Goiás e São Paulo. A maioria era concentrada em Goiás, pelo fato de que era frequentada pelos nativos e imigrantes da região. Essa imigração foi explicada anteriormente pela influência da visibilidade da cidade nas trocas comerciais advindas da via férrea. Todavia, houve mudanças na permanência da ENA na cidade Anapolina, como foi registrado na Figura 4.

Figura 4 - Ata de reunião sobre o termo de transferência da Escola Normal de Annapolis a congregação Salesiana

Termo de entrega da
Escola Normal de
Annapolis, - às Religiosas
Salesianas

Os abaixo assignados, membros fundadores da Escola Normal de Annapolis, confirmando o que ficou expresso em acta datada de vinte e oito de Fevereiro de um mil novecentos e trinta e sete, resolveu entregar,

como de facto entregam, em caracter definitivo, a administração e direcção da mesma Escola Normal, e seu curso Complementar, ao Instituto das Irmãs de N.ª. Auxiliadora, ou Salesianas de S.º. Bosco, entregando-lhes todos os direitos e privilegios de que goza o referido estabelecimento; e concordam na substituição da actual denominação de "Escola Normal de Annapolis" pelo de "Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora".

Annapolis, 24 de Fevereiro de 1938

[Handwritten signatures]
 Graçano Antonio da Silva
 Relisaria Coria de Saia
 Manoel Torres Soares
 Nicanor de Almeida
 Joaquim de Jesus
 Agostinho B. Costa
 João Luiz de Moraes

Fontes: ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CADERNO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1937/1938.

Esse registro foi do termo da reunião datada de 1937, quando se iniciou a passagem da ENA para as irmãs salesianas. Com a entrega da ENA foram passadas também as subvenções desta para a congregação. No capítulo a seguir, apresentaremos alguns fatos sobre a sua

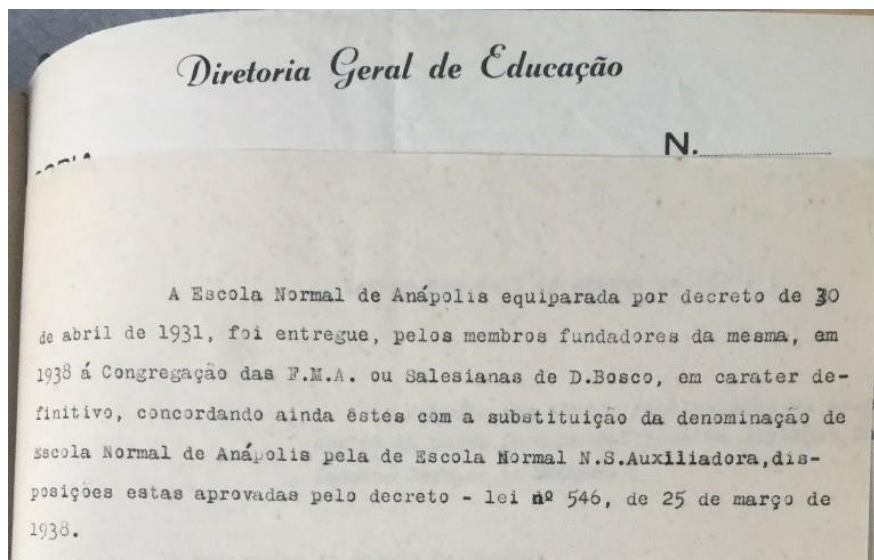
transferência e analisaremos alguns elementos constituintes dessa formação oferecida pela ENNSA.

CAPÍTULO 2 A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO DAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA- ENNSA

Neste capítulo, quer-se abordar a formação das alunas na ENNSA, iniciando com a sua instalação na cidade anapolina. Essa nova direção trouxe consigo diversas mudanças, uma delas tem a ver com a sua formação. Pretendemos, neste capítulo, pontuar algumas características dessa nova formação, trazendo a sua organização pedagógica e sua concepção formadora na sua atuação sociopolítica na cidade.

Iniciamos com a percepção de que a nova configuração da Escola Normal de Anápolis mudou o nome para mostrar a sua nova identidade (Figura 5).

Figura 5 - Mudança do Nome da ENA para a ENNSA



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CADERNO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1937/1938.

Registrou-se, no trecho da figura 9, que com a passagem da escola ENA para a congregação Filhas de Maria Auxiliadora – FMA, ou Salesianas de Dom Bosco, a escola precisou mudar de nome legal para ENNSA, uma maneira de mostrar pertencimento. Assim, veremos também a legitimação da escola privada confessional na educação pelo Estado que financiou o seu funcionamento, assegurando-lhe os mesmos direitos das instituições anteriores.

Figura 6 - A passagem dos direitos e das subvenções da primeira instituição para a Escola Nossa Senhora Auxiliadora

Nº 1

Anápolis, 26 de fevereiro de 1938

Exmo. Snr. Dr. Vasco dos Reis Gonçalves
DD. Diretor Geral do Interior

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, por força de transferência de administração e direção da "Escola Normal de Anápolis", com todos os direitos e privilégios ~~á~~ mesma anexos, ao "Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora ou Salesianas de D. Bosco", foi designada para ocupar o cargo de Diretora da Escola, a Revda. I. Elzira Silva.

Peço vênica ainda para confirmar, segundo termo incluso, que a Congregação fundadora da Escola houve por bem permitir fosse substituído o seu nome pelo de "ESCOLA NORMAL N.S. AUXILIADORA".

A' vista do exposto tomo a liberdade de solicitar de V. Excia. queira mandar transferir a fiscalização e subvenção da antiga Escola para a atual "ESCOLA NORMAL N.S. AUXILIADORA".

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Excia. os máis respeitosos e cordiais cumprimentos.

Irmã Virginia Miraca
Superiora do Estabelecimento

Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CADERNO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1937/1938.

Esse documento apresentou a passagem das subvenções para a ENNSA e sua nova administração, tendo como diretora a Revda. I. Elzira Silva, enviada pela congregação na cidade.

As irmãs já desempenhavam uma atividade educativa em Bonfim-GO antes da sua atuação na cidade. O ano de 1937 marcou a materialização de uma decisão que estava sendo planejada desde 1931, com a extinção do ICLA (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CADERNO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1937/1938).

[...] Explicando os motivos que usaram para convocação da presente reunião. Em seguida, tratou -se por indicação do deputado Achilles de Pina, **da entrega do curso Normal à congregação Salesiana**, sob uma subdiretoria constituída de um departamento independente, sob autonomia da direção do ginásio. Foi aprovado por (unanime), **digo contra dois votos**, deixando de votar o prof Dr. James Fanstone.

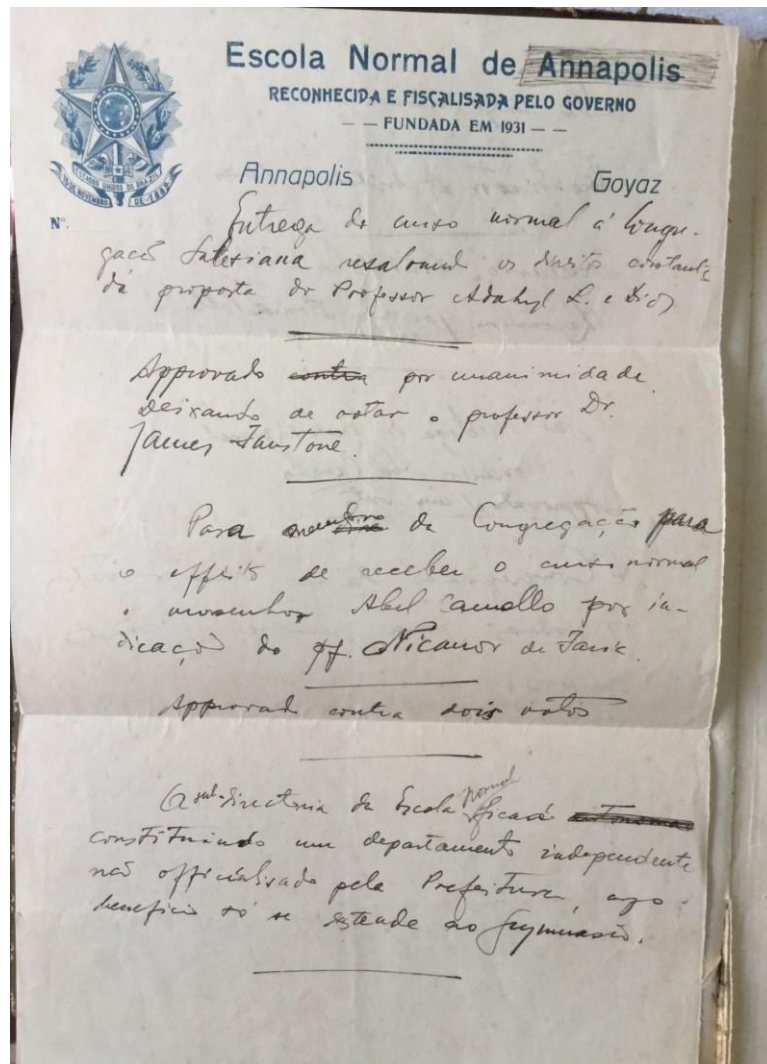
(ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO, 1931-1938, p. 43)

No relatório da reunião pode-se perceber a contradição de unanimidade que foi mencionada, pois houve pessoas que não quiseram votar a favor. Inferimos que a razão da abstenção do prof. Dr. James Fanstone relacionava-se com a sua crença e por ser amigo do dono da primeira escola. Ele era um médico,

filho de missionários protestantes ingleses e escoceses. Participou na criação de algumas missões na Inglaterra que enviavam profissionais missionários para diferentes partes da América do Sul, como a *Evangelical Union of South America (EUSA)*, uma missão sem uma denominação religiosa específica, mas que em Goiás apoiou os trabalhos dos congregacionais. Além da EUSA, foram criadas a Patagonian Mission, South American Evangelical Mission, com sede em São Paulo e no Sul do Brasil e a missão Help for Brazil, que atendia o centro-norte brasileiro (CARVALHO, 2015, p. 22).

Segundo Carvalho (2015), em Anápolis, o Hospital Evangélico Goiano (1927) atendia não apenas a população do estado de Goiás, mas também se demonstrava relevante para melhorar o sistema de saúde do país. Essas redes hospitalares que foram criadas pelos missionários protestantes eram meios de ações de propagação do evangélico. O documento no qual foi registrada a votação e a abnegação do Dr. James pode ser observado na Figura 7.

Figura 7 - Ata da reunião para votação em relação à entrega da ENNSA



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO, 1931-1938.

É óbvio observar os interesses do grupo pela instalação do setor confessional privado na cidade, considerando o contexto da constante imposição desse setor, a exemplo, houve a tentativa de colocação do padre Vitor Coelho de Almeida como diretor do Instituto de Ciências e Letras. Foi registrado que:

A Escola Normal passa actualmente por uma transição na direção. Até o começo deste ano **era ela dirigido pelo município** e agora está sendo feita e administrada pelo **elemento clesiástico** e em breve será entregue às Irmãs Salesianas (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CADERNO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1937/1938, p. 1).

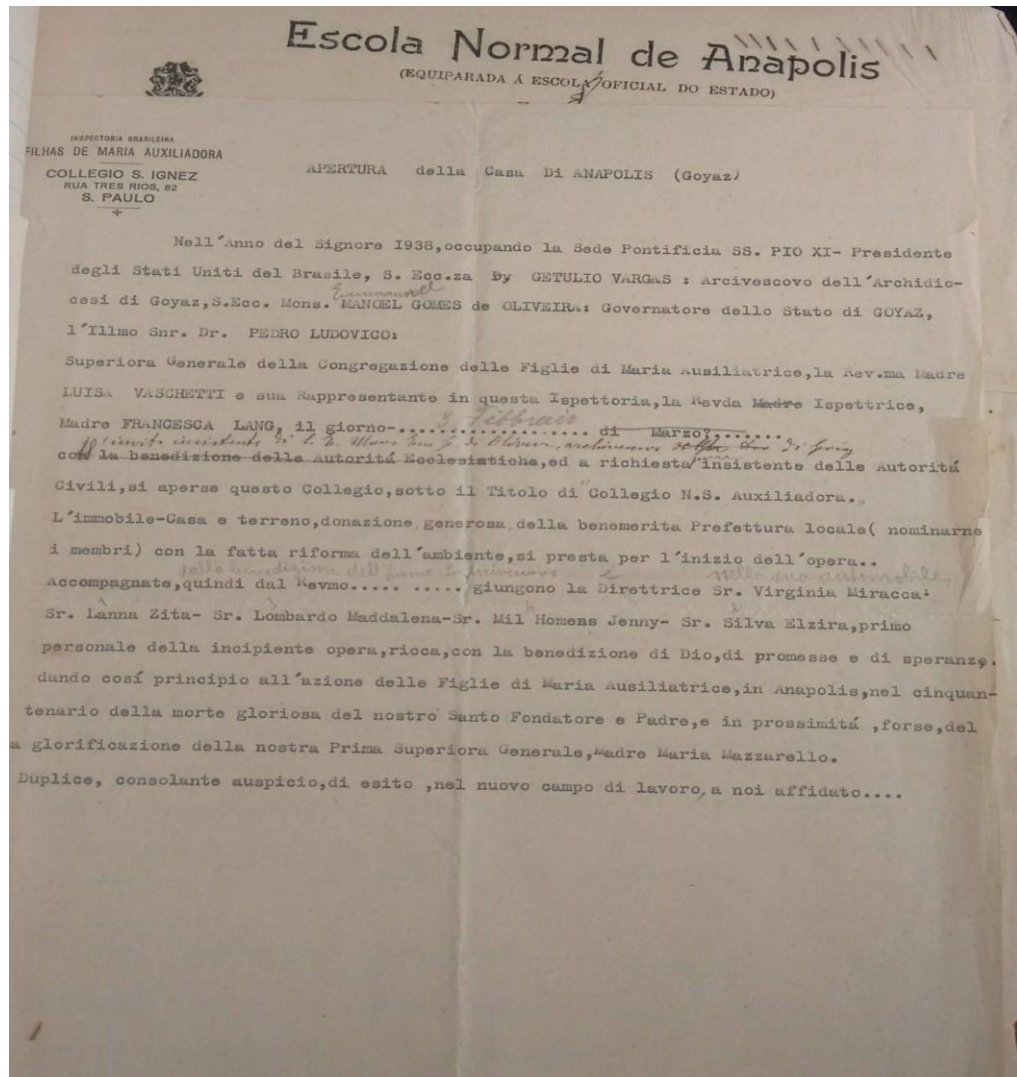
Foi acrescentado em relação a essa instalação:

[...] Os abaixo assignados, membros fundadores da Escola Normal de Annapolis, confirmando o que ficou expresso em ata datada de vinte oito de fevereiro de um mil novecentos e trinta e sete, resolver entregar como de facto, **em caráter definitivo, a administração e direção da mesma Escola Normal, e seu curso complementar, ao instituto das filhas de Maria Auxiliadora ou Salesianas de D. Bosco**, outorgando-lhes todos os direitos e privilégios de que goza o referido estabelecimento; e concorda na substituição da actual denominação de “Escola Normal de Annapolis” pelo de “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”. Annapolis, 24 de fevereiro de 1938. (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO, 1931/1938, p. 45-46).

No dia 28 de fevereiro de 1937, já estava encaminhada a transferência definitiva daquela instituição. Chama atenção esse “caráter definitivo” escrito no documento, que apontou uma vitória do setor privado na sua permanência nas questões educacionais. Essa administração eclesiástica instalou-se definitivamente no dia 31 de maio de 1937, com a chegada das primeiras filhas de Maria Auxiliadora: a irmã Lana e a irmã Tereza Quadros. As irmãs foram recebidas e alojadas pela prefeitura municipal numa casa que se tornou a nova sede da congregação.

Em ocasião da abertura da nova casa, em 1938, a sede do Pontifício Pio XI, responsável pelas filhas de Maria Auxiliadora, enviou uma carta de reconhecimento da doação generosa do terreno pela prefeitura de Anápolis (Figura 8).

Figura 8 - Carta da sede do Pontifício Pio XI datada de 1938



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CADERNO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1937/1938.

Essa carta foi uma homenagem da sede do Pontifício Pio XI, datada de 1938, para a madre Maria Mazzarello, a pioneira da congregação feminina e nova diretoria da referida escola, composta pelas irmãs Virginia Miracca, Sra. Lanna Zita, Sra. Lombardo Madalena, Sra. Silva Elzira, Sra. Milhomens Jenny (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO E IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931). Ela pode ser considerada também como uma marca de demonstração da presença de controle da rede salesiana na cidade com o apoio da autoridade da igreja católica, vista como uma instituição de poder papal.

A rede católica fortaleceu-se também cada vez mais graças ao apoio do setor político. O Estado, renunciando o seu caráter laico e a sua responsabilidade de fornecer uma formação para todos, deu espaço à privatização da educação para contribuir na reforma e funcionamento da referida escola. Segundo Cunha (2007), essa relação do setor público e privado no país é

carregada de complexidade, o que impossibilita uma resposta simples e tem fortalecido as ações de órgãos privados e eclesiais no ensino.

A vitória alcançada pela Igreja Católica com a promulgação do Decreto n.19.941/31 veio a ser potencializada na Constituição de 1934. Substituindo antigo projeto de se fundar um Partido Católico, o Cardeal Leme patrocinou a criação, em 1932, da Liga Eleitoral Católica – LEC – com o objetivo de alistar, organizar e instruir os eleitores, em todo o país, bem como canalizar seus votos para os candidatos que aceitassem o programa da Igreja e prometessem defendê-lo na Assembleia Constituinte que viria a ser formada. Essa estratégia política foi bem-sucedida, pois a maioria dos candidatos apoiados pela LEC elegeram-se. Com a forte bancada que apoiava o programa da LEC, a Assembleia definiu-se favorável ao ER nas escolas públicas, de maneira ainda mais próxima das demandas da Igreja Católica (CUNHA, 2007, p. 289).

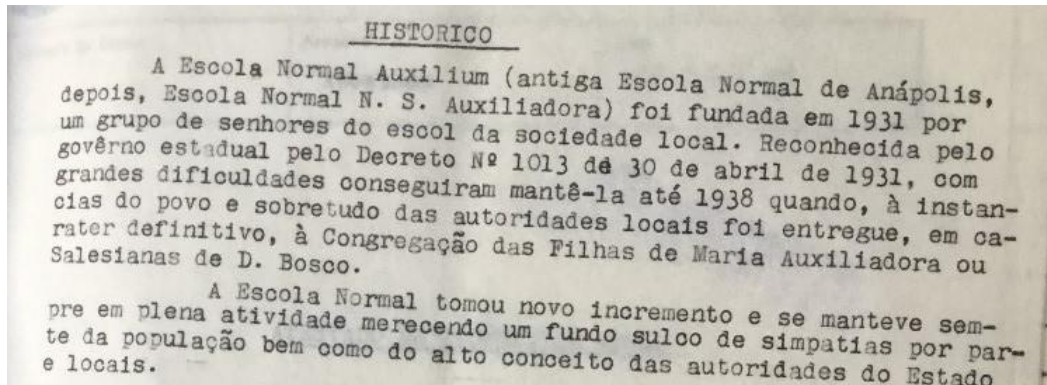
Observou-se que a aliança do Estado com a igreja católica impulsionou não apenas a sua entrada na educação com o ensino religioso, mas também no assunto político, com a criação da Liga Eleitoral Católica.

É nesse contexto que entendemos a subvenção da ENNSA para se instalar em Anápolis. Com a subvenção do Estado, a nova escola foi capaz de organizar os seus espaços escolares.

Os dois prédios foram mobiliados contíguos com capela, refeitório, dormitório, pequena lavanderia, cozinha, pátio e sala de aula **conforme os princípios dos salesianos** onde o **conforto, a educação e a oração se sincronizam**. O Plano arquitetônico foi calculado com profissional da área. Para as aulas além do quadro negro, carteiras, armários e mesas das professoras tinha **máquina de escrever, de costura e piano** (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, TOMBO IMPRESSÕES DE VISITAS, 1931, p. 13-14).

Vale ressaltar que uma das justificativas para a supressão da ENA foi a falta de recursos, seu estado deplorável não conseguiu atender mais às demandas da população (Figura 9). Esse mesmo Estado que não tinha dinheiro para manter a ENA bancou a instalação da escola católica e buscou dar o conforto para a disseminação de uma formação religiosa. Então, como Cunha (2007) apresentou, essa realidade inseriu-se dentro de um projeto político hegemônico e de ampliação do poder eclesial no país.

Figura 9 - Registro da justificação da razão da entrega da Escola Normal de Anápolis para a Congregação salesiana



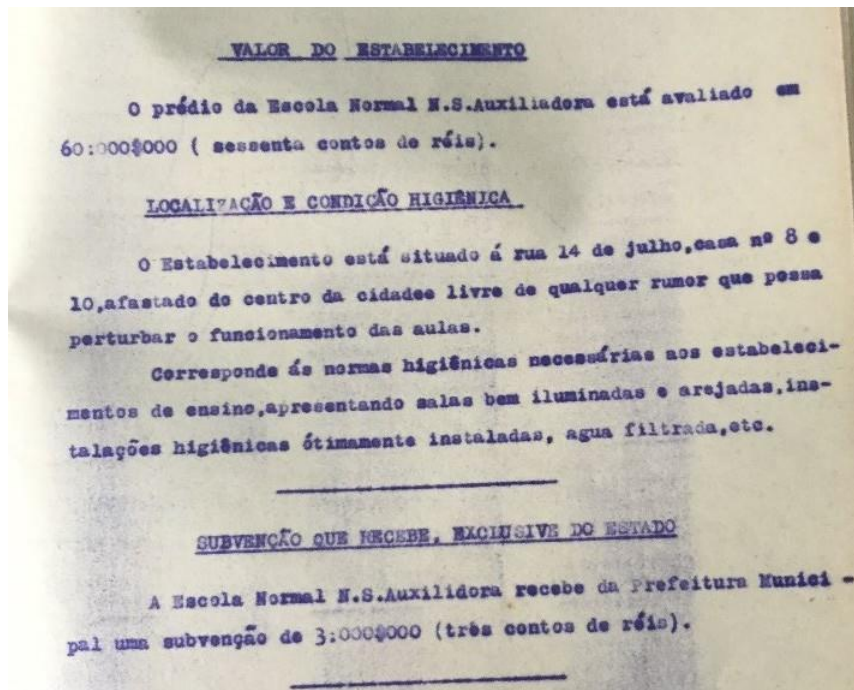
Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO, 1931-1938.

O documento menciona que essa decisão foi tomada por parte das autoridades em coerência ao povo. Certamente, essa generalização do consentimento da população foi uma possível tentativa de se justificar. Ainda em relação à falta de recursos, foi registrado:

[...] Essa situação de independência econômica, beneficiada apenas por **irrisória dotação orçamentária dos poderes públicos**, têm criado os melhoramentos de inadiável necessidade e quebrando ótimos programas administrativos. Consequentemente, **sendo a migalha mensal das contribuições dos alunos a única fonte ordinária de renda**, estão sempre sujeitas a aumento consecutivas além das creações outras taxas excessivas trazendo sérios prejuízos à classe estudantina pobre (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO, 1931-1938, p. 43).

Nesse extrato, entende-se que houve uma queixa da insuficiência de política orçamental do Estado, o que prejudicou os estudantes pobres pelo constante aumento das taxas escolares. Todavia, foi estipulado nos documentos da ENNSA, na ata da congregação 1931-1938, que a escola recebia as subvenções municipais e estaduais da ENA (Figura 10).

Figura 10 - Registro do valor, da localização e da subvenção da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora pela prefeitura municipal -1938



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO, 1931-1938.

Como foi mencionado acima, a ENNSA recebia da prefeitura municipal três mil reis anuais para suas despesas. Uma contribuição do Estado que deveria ser investida no setor público foi para o fortalecimento do setor privado confessional que, por sua vez, fazia parte de um projeto político de sociedade.

2.1 Organização pedagógica da ENNSA: tempo e espaço escolar

A ENNSA organizou seu objetivo e sua missão pedagógica de acordo com o sistema preventivo de Dom Bosco, este basicamente fundamentou-se sobre a inculcação de valores cristãos para salvação das almas do sujeito. Registrou, no art. 63 do seu regime escolar, que:

(...) o objetivo principal da sua missão, - a educação moral e religiosa das alunas, fundamento indispensável de todo o aparelho educativo (...) rege-se pelo "SISTEMA PREVENTIVO DE DOM BOSCO", o qual já constitui e continuar a constituir, a glória do educador do grande século XIX (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 13).

Destacou-se dois pilares imprescindíveis a essa formação: a educação moral e religiosa, sem as quais não se sustentou a prática. Dentro do seu projeto civilizatório no país, ensinava o catecismo e o patriotismo atrelados à sua ideia de ordem e disciplina.

Qualquer atividade humana precisa de espaço e tempo determinados. Assim acontece com o ensinar, o aprender e a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que também o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa (FRAGO, 2001, p. 61).

A materialização e sistematização dessa atividade educativa no âmbito formal se dá na escola, num tempo (período) e espaço (lugar) determinado. O tempo escolar relacionado ao tempo cronológico é plural e multidimensional, definido pela razão humana mediante “uma lógica pré-determinada, cronometrada, com um tempo artificial, apropriado e ordenado” (RÖHRICH FERREIRA; SOUZA ARCO-VERDE, 2001, p. 8). O tempo passou a ser controlado no ambiente escolar, como o tempo de aprendizagem dos alunos, que se encontra distribuído por séries, disciplinas escolares, hora aula. Dessa forma, existe o tempo de ensinar, o tempo pedagógico e o recreio, as férias e outros momentos que compõem o leque de funcionamento dessa instituição. Essas sequências de atividades ritualísticas, repetitivas e restritas fazem parte de algumas características controladoras da instituição.

Assim, o tempo escolar é também “formativo, porque organiza as primeiras percepções cognitivas da temporalidade e auxiliam na internalização da noção de exatidão, duração, aplicáveis a todos, constituindo assim, um tempo social” (OLIVEIRA, 2020, p. 3). Röhrich Ferreira e Souza Arco-Verde (2001) destacam que a institucionalização do tempo escolar como uma organização é fator cultural, e foi sendo construída.

As principais características do tempo escolar, a sua organização, sua estrutura e suas práticas nos diferentes sistemas de ensino, implicam em diferentes definições sobre a arquitetura temporal da educação, as quais foram forjadas ao longo de muitos séculos. A visão da prática educativa, da instituição escolar e da organização pedagógica e temporal deste espaço vem sendo permeada por subordinações à ciência e à tecnologia, recheada de fetichismo em relação às imposições civilizatórias na história da formação social do homem (RÖHRICH FERREIRA; SOUZA ARCO-VERDE, 2001, p. 8).

O espaço escolar, como lugar onde se efetiva o ensinar e aprender, constitui-se em um processo em construção a serviço de determinada visão educacional. Segundo Frago (2001), a noção espacial pode ser simbólica, resultante de construção social, neste caso, destaca-se esse espaço como um lugar cheio de intencionalidade, isto é, não é neutro, pois encarrega-se de signos, símbolos que mediam as relações sociais e individuais. Em outras palavras, ele é um espaço educativo. Silveira (2003) aponta o binômio tempo e espaço escolar sob a perspectiva foucaultiana, como tem sido pautado no meio dos profissionais curriculares e analistas educacionais. Questiona-se esse conceito como elementos de docilização do corpo,

principalmente do educandário, mediante normas impostas que servem como mecanismos arbitrários. Segundo o referido autor, “o tempo escolar é pautado e controlado para que se torne um tempo produtivo, assim o espaço escolar também se configura em como uma instituição de sequestro, categoria Foucaultiana” (SILVEIRA, 2003, p. 179).

A escola, similarmente, é esse espaço físico que impõe normas e requisitos aos membros. Ao longo dos anos, esse espaço vem se configurando de acordo com a época e lugar em que se insere, os recursos disponíveis, os objetivos buscados etc. No que tange ao referido estabelecimento em análise, o seu sistema organizacional do tempo e espaço escolar condizia com essa construção intencional de formações. O ensino moral e religioso vinculado a um esforço de controlar as alunas foi realizado intencionalmente em cada compartilhamento e horas de convivência. Ao longo da narrativa, percebe-se também uma divisão na percepção de grupo diferente, que levou também a tratos diferentes.

A ENNSA era uma escola particular confessional privada que funcionava sob o regime internato, semi-internato e externato. Oferecia as seguintes modalidades: ensino normal, ensino complementar, curso noturno de alfabetização e profissionalização e ensino doméstico para as moças pobres (Quadro 10).

Quadro 10 - Duração dos cursos oferecidos pela ENNSA

| Curso | Duração |
|--------------|---------|
| Primário | 3 anos |
| Normal | 4 anos |
| Complementar | 2 anos |
| Noturno | 3 anos |
| Doméstico | 2 anos |

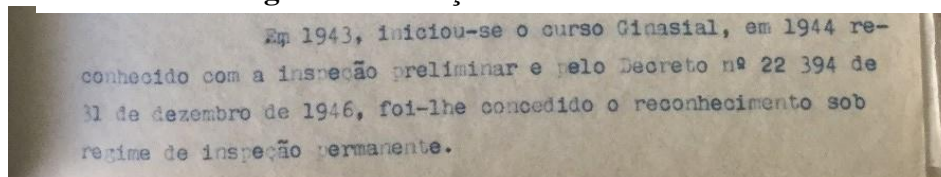
Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943.

De acordo com o Documento Portaria Ministerial (1943), o curso normal visava à formação para as professoras no magistério para a sua atuação no ensino primário. Este, por sua vez, oferecia o ensino elementar para as crianças. O ensino complementar era um curso

preparatório chamado propedêutica, que preparava as alunas para cursar o ensino normal. O curso noturno era um curso preliminar, e dividido em: curso de alfabetização para o público juvenil; aulas de oratório festivo, que era uma combinação de catequização e de momento de recreação dentro dos valores religiosos de Dom Bosco para todas, especialmente as “meninas pobres, no sentido de afastá-las dos vícios deturpadores e da ociosidade” (BONIFÁCIO; FREITAS, 2011, p. 613). Além da catequização, era obrigatório que elas congregassem aos domingos nas missas e dias festivos. O curso doméstico era destinado para as moças pobres, era obrigatório que cursassem as aulas de alfabetização, além das aulas de economia e as prendas do lar. De acordo com o Documento Portaria Ministerial, no Art. 61º, eram requisitados para elas o curso de alfabetização e profissionalizante prático, que compreendia aulas de “corte, costura, bordado, tricô e confecções” (art. 55) (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943. p. 16).

Em 1943, inaugurou-se o curso ginásial oferecendo o ensino secundário em 4 séries, conforme Figura 11.

Figura 11 - Criação do Ginásio em 1943



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943.

Só em 1944 o curso ginásial foi reconhecido, porém, ele iniciou seu funcionamento no mesmo ano da sua criação, seguindo o programa Estadual oficial. Em relação à divisão do tempo na grade curricular da ENNSA, iniciou-se com a organização do período escolar, que seguiu a constituição de 1937 da escola normal.

Art. 17. O ano escolar dividir-se-á em dois períodos letivos e em dois períodos de férias, a saber:

a) períodos letivos, de 15 de março a 15 de junho, e de 1 de julho a 15 de dezembro;

b) períodos de férias de 16 de dezembro a 14 de março e de 16 a 30 de junho.

§ 1º Haverá, trabalhos escolares diariamente, exceto aos domingos e dias festivos.

§ 2º Poderão realizar-se exames no decurso das férias. (BRASIL, 1946).

A instituição acrescentou dentro do seu sistema de curso os dias de participação nas festas religiosas que ocorriam em sua capela. No âmbito da matrícula, em todas as modalidades ela era realizada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Batismo.
- b) Certidão de Idade.
- c) Atestado de Vacinação recente e não sofrer moléstia transmissível.
- d) Atestado de bom procedimento, se tiver estado em outro estabelecimento de instrução.
- e) Requerimento pedindo matrícula (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 13).

A idade de admissão era, segundo o regimento interno, entre 7 e menos de 14 anos (art. 53); e na escola doméstica era 12 anos (art. 59) (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943). Um fato que questionamos, posteriormente, seria a presença de crianças pobres na escola noturna, já que funcionava nesse horário.

Em relação à mensalidade, em cada curso, exceto no curso doméstico, o valor variava, como catalogou-se no Quadro 11, abaixo.

Quadro 11 - Quadro de taxas mensais da ENNSA em 1943

| Modalidade | Externato | Semi-Internato | Internato |
|--------------------|---------------|----------------|-----------------|
| Curso Primário | Cr \$150-250 | Cr \$ 600-700 | Cr \$ 1000-1200 |
| Curso Complementar | Cr \$ 200-250 | Cr \$ 700-750 | Cr \$ 1200-1300 |
| Curso Ginásial | Cr \$400-500 | Cr \$ 800-900 | Cr \$ 1400-1600 |
| Curso Normal | Cr \$500 | Cr \$ 900 | Cr \$1600 |

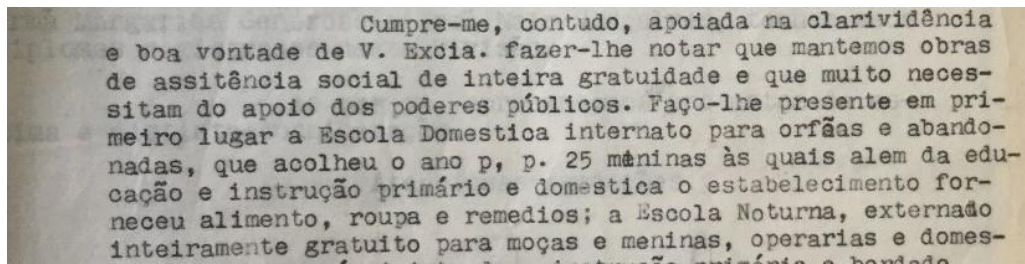
Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943.

O quadro 11 trouxe o valor da mensalidade de 1943, pois não foram encontrados registros dos anos anteriores. Em relação a esses valores, destaca-se que não eram fixos, havia

reajuste a cada ano (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO 1931/1938). O curso Normal e o Ginásial eram os mais caros e, em seguida, em ordem decrescente, complementar e primário.

No que diz respeito ao curso noturno, foi registrado que era gratuito, oferecido com o apoio governamental, conforme Figura 12.

Figura 12 - Nota sobre a gratuidade da escola doméstica



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943.

A Escola doméstica, conforme a figura 12 apresenta, era considerada pela congregação como uma obra de assistência social gratuita, porém, financiada pelo Estado. Os documentos descreveram o público atendido como meninas e moças órfãs e abandonadas. No entanto, não encontramos outros registros para verificar se realmente eram órfãs e abandonadas, deixando-nos em alerta para questionar os interesses por detrás dessas alegações.

Ainda, ressaltamos o registro sobre o curso doméstico, considerado-o como uma “obra beneficente popular, destinada à formação moral e religiosa das moças pobres”. (ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL 1943, p. 14).

Entretanto, foi mencionado também que elas ajudavam na manutenção da instituição. Esse relato, para nós, esconde o fato de que elas trabalhavam na escola para poder permanecer. Dessa forma, não era bem uma caridade, mas uma relação de troca de serviços, considerando-se a idade que essas meninas ingressavam nesse curso. Isso nos leva a identificar que o público da ENNSA, no âmbito socioeconômico, poderia ser dividido em dois grupos - os que pagavam com dinheiro e os que pagavam com sua força de trabalho. Posteriormente, queremos discutir o fato de que o documento, ao se referir a esse grupo, tanto usou a palavra meninas quanto moças como se fosse a mesma coisa, sem uma diferenciação de faixa etária, e isso é importante para analisar a sua representação social.

Em relação aos horários de funcionamento da escola, podemos observar a sua regulamentação estipulada no Quadro 12.

Quadro 12 - Horário de funcionamentos dos cursos da ENNSA em 1943

| Curso | Horário | |
|--|----------|------------|
| | Matutino | Vespertino |
| Normal e Ginásial | 7h- 12h | |
| Complementar e Primário | - | 13h-16h |
| Escola Noturna de alfabetização e profissionalização | - | 19h- 21h |
| Escola Doméstica | - | 19h- 21h |

Fonte: ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943.

O mesmo documento acrescentou que o período de exercício das atividades dos semi-internatos funcionava das 7h30 às 17h. “O total das aulas domésticas eram distribuídas em aulas da Escola Noturna” (ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 8). Notou-se que os períodos de estudo à tarde e à noite eram reduzidos de cinco horas para três horas. Inferimos que poderia ser em razão do público alcançado, que precisava trabalhar para se sustentar. Assim, não teria muito tempo para se dedicar aos estudos. Já as famílias mais abastadas, optavam por uma educação integral distinta para suas filhas, enquanto a instituição buscava ofertar uma educação mais técnica principalmente para as que estudavam à noite. Assim, pode-se perceber uma formação distinta conforme a classe social.

Não foram achados, no acervo da instituição, todos os registros de matrículas de todos os cursos no período estudado (1937-1946), o que poderia permitir um levantamento cronológico dos números de alunas matriculadas. Por meio de análise dos exames das alunas, conseguimos quantificar aquelas que estudaram no ensino normal e complementar nos anos 1939 a 1941, no ginásio em 1943, como se pode ver no Quadro 13.

Quadro 13 - Número de alunas nos exames dos cursos: normal, complementar e primário na ENNSA de 1938- 1946

| Anos | Curso Normal | | | | Curso Complementar | | Curso Primário | | | |
|-------|--------------|--------|--------|--------|--------------------|--------|----------------|--------|--------|--------|
| | 1o ano | 2o ano | 3o ano | 4o ano | 1o ano | 2o ano | 1o ano | 2o ano | 3o ano | 4o ano |
| 1938 | 16 | 11 | 9 | 6 | 23 | 5 | 43 | 18 | 39 | 26 |
| 1939 | 5 | 11 | 8 | 9 | 17 | 14 | 26 | 38 | 14 | - |
| 1940 | 11 | 7 | 10 | 18 | 17 | 8 | 17 | 15 | 9 | - |
| 1941 | - | 3 | 2 | 8 | 12 | 8 | 26 | 27 | 14 | 9 |
| 1942 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1943 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1944 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1945 | - | - | 6 | 12 | - | - | - | - | - | - |
| 1946 | - | - | 37 | 7 | - | - | - | - | - | - |
| Total | 32 | 32 | 72 | 60 | 69 | 35 | 112 | 84 | 76 | 35 |

Fonte: elaborado pela autora, com base no caderno de exames e relatórios da ENNSA, 2023.

Vale destacar, primeiramente, que no caderno de exames de 1938/1950, relatório de notas datado de 1945-1947, não identificamos todos os registros cronológicos dos anos desejados, foram omitidos o período de 1942 a 1946 da maioria das modalidades. Encontramos o número de alunas que cursava o 3º e o 4º ano nos anos de 1945-1946. Depois, o caderno de registros deu um salto para 1950, apresentando as alunas presentes nos exames parciais.

Todavia, podemos perceber, conforme o Quadro 13, uma oscilação na permanência das alunas até a sua conclusão. A quantidade de alunas diminuiu ao longo dos anos no curso normal, por exemplo, salvo em 1940, quando conseguiu chegar nos 4º anos com 18 alunas; o curso complementar, em 1939, chegou ao fim com 14 alunas. Em contrapartida, no curso complementar houve uma forte adesão no 1º ano desde 1938-1941, bem como no ensino primário. No que tange ao ensino normal, em 1938, 42 alunas foram matriculadas. Em 1939, aumentou o número de 33 alunas. Em 1940, continuou o crescimento, contando 46 alunas. Em

1941, totalizou apenas 13 sem o total do primeiro ano, pois não obtivemos registro. Durante os próximos três anos não foram identificados os relatórios de matrículas, encontramos somente os de 1945-1946 dos 3º e 4º anos do curso normal. Entretanto, apesar dessa oscilação, a escola mantinha seu público, e houve uma boa frequência das alunas nos cursos.

Encontramos registros das matrículas do 1º ano do curso ginásial de 1943 e das alunas que fizeram os exames parciais de 1944-1946, permitindo a construção do Quadro 14, no qual consta o total de 48 alunas.

Quadro 14 - As matrículas nos exames parciais do curso ginásial 1943- 1946

| Anos | Curso ginásial | | |
|-------|----------------|--------|--------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano |
| 1943 | 48 | | |
| 1944 | 54 | 31 | 6 |
| 1945 | 41 | 40 | 27 |
| 1946 | 50 | 38 | 24 |
| Total | 188 | 109 | 57 |

Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTOS PORTARIA MINISTERIAL - 1943.

Observa-se que houve uma forte procura do ensino secundário com a instalação do ginásio. Em 1943, ano da sua criação, houve 48 matrículas. Em 1944, cresceu para 99 matriculadas. Em 1945, continuou aumentando para 108 e depois para 112. Quanto aos cursos noturnos e domésticos no mesmo ano de 1943, registrou-se a presença de dez (10) alunas, entretanto, sem nenhum apontamento de quem eram elas. Não houve registro de matrículas ou de outras fontes para nos ajudar a identificar as meninas ou moças, como foram chamadas nos documentos da ENNSA, dos cursos noturnos e domésticos. Isso deixou uma lacuna na narrativa em relação a diversas indagações a respeito da sua identidade.

No que se refere ao corpo docente, a partir de 1938 até 1946, o período ao qual se limita a pesquisa, a docência era exclusiva das irmãs vinculadas à congregação Salesiana. O Quadro 15 apresenta a lista de docentes e as matérias que lecionavam no período.

Quadro 15 - Quadro docente e matérias lecionadas no período de 1938 a 1946 na ENNSA

| Docentes | Matérias |
|----------------------------------|---|
| Irmã Idalina Elisa Lanna | Português, Desenho |
| Irmã Orzi | Latim, Matemática |
| Irmã Clélia Martins da Costa | Francês |
| Irmã Maria de Lourdes Alvarenga. | Ciências Naturais, Geografia Geral, Geografia do Brasil |
| Irmã Elisabeth Hartenbach | Inglês |
| Irmã Annita Félix de Souza | História Geral, História do Brasil |
| Irmã Maria Castagnari | Canto Orfeônico, Educação Física |
| Irmã Maria Áurea do Amaral | Português, Canto Orfeônico, Desenho |
| Irmã Maria Augusta Modena | Matemática, Trabalhos Manuais, Desenho, Educação Física, Economia Doméstica |
| Irmã Jenny Mil homens | Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais |
| Irmã Norma Stela | Trabalhos Manuais |
| Irmã Violeta Rosa Pitaluga | História da Civilização, Francês, Português |

Fonte: ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL - 1943.

Como pode ser observado no quadro 15, as irmãs administravam a escola, assim como lecionavam na instituição. A maioria lecionou mais de uma matéria. Essa monopolização da

docência e da liderança da escola apontou a preocupação dessas irmãs no controle de todos os aspectos educativos.

As matérias lecionadas variavam conforme a modalidade e anos cursados. Não obtivemos a grade curricular de todos os anos, porém, o Quadro 16 apresenta o resultado da busca.

Quadro 16 - Quadro de cadeira do curso Normal de 1938

| 1º ano | 2º ano | 3º ano | 4º ano |
|----------------------|--------------------|--------------------|-----------------|
| Gymnastica | Gymnastica | História do Brasil | Pedagogia |
| Portuguez | Geographia | Cosmografia | Didática |
| Francez | Francez | Geometria | Hist. de Goyaz |
| Corographia | Desenho | Química | Hist. do Brasil |
| Hist. da Civilização | Música | Portuguez | Álgebra |
| Desenho | Portuguez | Psychologia | Hist. Natural |
| Música | - | - | Portuguez |
| Trabalhos | Geografia de Goyaz | | Francez |
| Aritmética | Trabalhos | - | - |
| Religião | Religião | Religião | Religião |
| Civismo e Moral | Civismo e Moral | Civismo e Moral | Civismo e Moral |

Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO DE 1931/1938.

No quadro 16, notamos a finalidade de algumas disciplinas na colaboração ao projeto nacionalismo e religioso com o ensinamento de civilidade e moralidade e do patriotismo, pois havia o interesse em preparar essas professoras para a transmissão desses valores para as crianças no ensino primário. Percebemos também a inserção gradativa de disciplinas que trabalhavam a compreensão do que é ser aluna no processo educativo condizente com essa valorização nos anos 1930, com a discussão da escola nova. E por fim, o ensino religioso como pilar principal para instrução das alunas se fazia presente em todos os anos do curso.

No que tange ao curso complementar, identificamos (no Quadro 17) a cadeira que lecionavam em 1937-1938 e que, na verdade, perdurou até 1946.

Quadro 17 - Cadeira do curso complementar 1937-1938

| |
|------------|
| Gymnastica |
| Portuguez |
| Francez |
| Sciencias |
| Música |
| Desenho |
| Aritmética |
| Geografia |
| Trabalhos |
| Religião |

Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, ATA DA CONGREGAÇÃO DE 1931/1938.

Notamos que as disciplinas lecionadas eram as mesmas do 1º ano do curso normal, o que poderia ser explicado pelo fato de que era um curso preparatório para o exame de admissão

neste último. No que se refere às disciplinas do curso ginásial, encontramos o resultado elencado no Quadro 18, a seguir.

Quadro 18 - Disciplinas do Ginásio - 1943

| 1ª - 2ª série | 3ª série | 4ª série |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Português | Português | Português |
| Latim | Latim | Latim |
| Francês | Francês | Francês |
| Matemática | Matemática | Matemática |
| História Geral | Ciências Naturais | Ciências Naturais |
| Geografia Geral | História Geral | História Geral |
| Trabalhos Manuais | Geografia Geral | Geografia Geral |
| Desenho | Desenho | Desenho |
| - | - | Canto Orfeônico |
| Religião | Religião | Religião |

Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTOS PORTARIA MINISTERIAL - 1943.

O Ginásio, destinado para preparar as alunas para continuar seus processos acadêmicos, como se fosse um curso preparatório para a universidade, oferecia também matérias científicas parecidas com as do curso normal. Esse curso atendia alunas as quais os pais visavam sua permanência nos estudos e acrescentava em suas chances de cursar um curso superior. O Ginásio também ofertou a disciplina de datilografia, como propedêutica. Anota-se que a religião é a disciplina obrigatória em todas as modalidades, independente da série, e moral e civismo foram disciplinas identificadas somente no curso normal. Porém, por causa da falta de registro

do arquivo da referida escola, não podemos concluir que não eram ofertadas nos outros cursos. Em relação ao ensino religioso, sua concepção era considerada indispensável.

Art. 67 A religião, no viver salesiano, é uma regulamentar que deriva naturalmente de todo o conjunto de convivência, e está pelo assim dizer no ar que se respira. Apoiase no ensino razoável, metódico da doutrina cristã, em práticas suaves e constantes, em ordem a tornar a religião atraente, agradável e alegre. Pondo a alma juvenil em contato com a fonte de vida que são os sacramentos, (...) para o aperfeiçoamento apostólico católico e a piedade educativa (ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL- 1943, p. 15).

Embora o ensinamento de saberes científicos, como pode-se perceber nos quadros acima, fosse um dever, essa formação permeia as crenças do catolicismo, negando todas as outras práticas religiosas por parte das alunas e famílias.

2.2 Docilização dos corpos das alunas na ENNSA

Dedicamos este tópico a focalizar na análise dos registros encontrados da ENNSA que demonstraram o uso de autoridade pelas irmãs em ditar e controlar os corpos das alunas fora e dentro do estabelecimento. Para analisar esse fenômeno, dialogamos com Foucault (1999) em relação a sua concepção de docilização dos corpos.

Foucault (1999), ao falar da docilização, tomou o exemplo do treinamento de soldados.

Na segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”. Os recrutas são habituados a manter a cabeça ereta e alta; a se manter direito sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso; e a fim de que se habituem, essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo... ser-lhes-á igualmente ensinado a nunca fixar os olhos na terra, mas a olhar com ousadia aqueles diante de quem eles passam... a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés... enfim a marchar com passo firme, com o joelho e a perna esticados, a ponta baixa e para foram (...) (FOUCAULT, 1999, p. 162-163).

Nesse contexto, quando o autor comparou o soldado a algo que se fabrica, percebeu a sua retirada de um lugar de sujeito para o de um mero objeto. A docilização é o assujeitamento total do corpo e da mente do indivíduo às normas de determinada instituição, sua remodelação para atender às necessidades alheias de instante em uma posição de autoridade. O autor acrescentou que essa noção é

uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 1999, p. 163).

Esse adestramento do corpo, como o autor salientou, não é algo novo, esse sempre foi o objeto de controle em diferentes níveis sociais, impondo-lhe proibições, limitações mediante uma relação de “docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1999, p. 163), também poderíamos acrescentar as relações de força e dominação.

A instituição escolar confessional, fazendo parte das autoridades na sociedade, exerceu essa docilização dos corpos das alunas mediante o uso de ferramenta simbólica de dominação coercitiva e material disciplinar legitimada pela grande influência da igreja católica no rumo sociopolítico. O poder simbólico da igreja na educação se demonstrou na relação de força que manteve desde o tempo remoto, tentando sempre a monopolização do setor educacional.

Podemos identificar algumas práticas escolares da ENNSA que apontaram para essa cultura de formação dos corpos dóceis das alunas mediante controle das suas ações dentro e fora do ambiente escolar. Usou-se de alguns dispositivos de vigilância, começando com a estrutura do seu edifício e da sala de aula, que foi construída para que não tivesse interferência externa.

[...] Não há nas imediações do edifício nenhum estabelecimento que possa causar ruído, perturbando o funcionamento das aulas ou obrigando os professores a elevarem demasiadamente a voz. Os corredores existentes no pavilhão escolar são construídos de **matéria à prova de ruído**. (...) A distribuição das salas, destinadas ao funcionamento do curso fundamental, permite **fácil fiscalização** e são ótimas as condições de insolação, iluminação e ventilação (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 20).

A disposição das salas de aula (Figura 13) permitia uma fácil fiscalização, era preciso fiscalizar o trabalho tanto da professora quanto da aluna para o monitoramento daquilo que era transmitido.

Figura 13 - Imagem da sala de aula da ENNSA



Fonte: acervo da ENNSA. S/D.

Não foi mencionada a data dessa imagem, porém, ao conversar com a irmã Raquel, que era, em 2018-2020, diretora da escola da congregação salesiana e que estudou na referida escola, ela comentou que assim eram as salas de aula da instituição. Observou-se que a sala de aula remetia ao sistema tradicional de educação de alinhamento em fileira das cadeiras, um quadro e mesa das professoras na frente das alunas. Essa organização transmitia respeito a quem estava ensinando, colocando-a no centro das atenções.

O monitoramento do tempo das aulas e de socialização no pátio cabem na descrição do controle do ambiente escolar, que nos remete à noção de clausura de Foucault (1999), na qual “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; impor as implantações coletivas” (FOUCAULT, 1999, p. 169). A exemplo disso, era proibido o agrupamento de alunas no recreio “para boa disciplina e não era permitida que as alunas estacionassem em grupos nos corredores e (...) ou na proximidade” (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 56). Pois, esse agrupamento era sinônimo de mobilização para rebeldia que, por sua vez, era inadmissível.

O uniforme (Figura 14) também devia estar em coerência com a mensagem de submissão às ordens. A sua associação à conservação do pudor e do respeito afirmava o zelo da instituição para a formação de corpos dóceis.

Figura 14 - Retrato das alunas uniformizadas



Fonte: acervo da ENNSA. S/D.

Observou-se no retrato que as alunas, usavam o uniforme de escoteiro, que já era usado na Escola Normal de Anápolis de 1931 mencionada anteriormente, e além disso, foram colocadas mais regras para o porte, como por exemplo, as alunas necessitavam cobrir suas pernas usando meia calça para manter a moralidade e o pudor. “Deveria portar-se com máximo respeito dentro e fora do estabelecimento”, conforme o art. 57º que se refere às normas de boa conduta e de respeito em relação às alunas fora e dentro do estabelecimento (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 56). Tudo isso corrobora Ferreira e Lopes (2019, p. 4) ao dizerem que:

A instituição escolar sendo um ambiente de exercício do poder de forma hierárquica revela como a disciplina provoca o surgimento de homens vistos como objetos, ou seja, os corpos dóceis adestrados para obedecer a ordens, que não contestam e que apenas se deixam instruir, somente se adequam às regras e cumprem as tarefas do mundo da educação.

Esses dispositivos de dominação contribuíram, conforme Foucault (1999), para uma formação desumanizada no sentido de negar o que fez parte da singularidade de cada aluna, no não respeito ao corpo delas, tratando-as como um objeto domesticável.

Um outro aspecto de controle na formação da ENNSA foi a inculcação da sua crença inquestionável, investindo na formação de um sujeito doutrinado, segundo os seus valores religiosos para salvação da sua alma. A autonomia pedagógica era condicionada à transmissão das verdades do catolicismo por meio do ensino religioso e obrigatoriedade nas participações das missas. O art. 63 do seu regimento interno estipulou que a fim de

conseguir o objetivo principal da sua missão, - a educação, o moral e religiosa das alunas, fundamento indispensável de todo aparelho educativo (...) rege-se pelo “Sistema Preventivo de Dom Bosco (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 14).

A religião, base do seu sistema educativo, era um dos meios de submissão das capacidades intelectuais das alunas a uma única verdade fundamentada na fé e dogma do catolicismo. O ensino religioso e a educação moral e cívica eram prioridade no ensino. A primeira, como já mencionado anteriormente, era para a catequização e tornou-se motivo de radicalização. Era imposta às alunas assistir à missa, na capela do Ginásio, nos Domingos e dias santos (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943).

Além disso, no seu art. 16 foi mencionado: “a aluna que tiver frequente e maneiras pouco decorosa, ou que fizer ostentação de irreligiosidade, será excluída do estabelecimento” (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 13). Isso significou que a liberdade religiosa, assegurada na Constituição de 1891, ao instalar a laicidade na escola, foi completamente negada. A congregação optou pelo controle de todas as esferas na fomentação de um sujeito que não questionasse, proibindo a sua capacidade de escolher se queria ou não ter uma religião. Pois o seu objetivo, segundo o art. 66, era:

de formar a mentalidade juvenil dentro dos princípios de patriotismo. São ministrados em frequentes aulas e conferências, conhecimentos apropriados a esta formação cívica, além das aulas teóricas e práticas de polidez, civilidade e cortesia que as habilitam a um proceder correto afável gentil no seio da família e da sociedade. As aulas em frequentes festas patrióticas e desportivas, marchas, desfile ao mesmo tempo que se desenvolvem fisicamente aprimoram cada vez mais a sua educação cívica e patriótica adquirindo galhardia do corpo, firmeza de vontade, constância de caráter hábito de ordem, disciplina e respeito a autoridade (ESCOLA NORMAL NOSSA

SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 17).

Essa ideia de ordem, disciplina e respeito à autoridade era atrelada à punição, o assujeitamento do sujeito às regras arbitrariamente definidas. Foi criado o “Centro Cívico de Juventude Brasileira para despertar o entusiasmo pelo que é nosso, a verdadeira brasilidade e o patriotismo” (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 18). O contexto político de nacionalismo no qual se inseriu na época do estado novo era enraizado nessa proposta de formação.

Foucault (1999) apresentou o espaço escolar como esse espaço hierarquizado, no qual todos os ambientes tornam-se agentes homogeneizadores para uma formação de obediência.

O espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (FOUCAULT, 1999, p. 173).

Apontou também a questão de mérito na classificação que era feita nos exames, o que nós encontramos nos documentos da ENNSA. Como já foi mencionado anteriormente, elas eram divididas por categoria de notas em: péssima; má; sofrível; boa e ótima. Além disso, havia a grande classificação que a escola fazia entre as alunas que cursaram o curso normal e complementar em detrimento das da escola doméstica.

2.3 Escola doméstica: Invisibilidade das alunas subalternizadas na ENNSA

Neste tópico, pretende-se abordar o silenciamento da ENNSA sobre a escolarização das alunas da escola doméstica. No documento de Portaria Ministerial (1943) da instituição, foi mencionada a existência de uma escola doméstica destinada à formação religiosa e moral das moças pobres. Entretanto, não achamos nenhum registro de matrícula, nem exames que pudessem ajudar na identificação desse grupo, salvo a menção que eram pobres, um processo que foi totalmente diferente para o público que cursava as outras modalidades.

Foi registrado no referido documento de Portaria Ministerial (1943) que a escola doméstica oferecia o curso de economia doméstica e trabalhos manuais e exigia que se cursasse o curso primário para aprender a ler e escrever. Ambos os cursos eram voltados para o gerenciamento do lar, com aulas de tricô, bordado e confecções. Na imagem das alunas uniformizadas, acima, constatamos a presença de uma aluna negra no meio das outras que, talvez, fosse do curso doméstico. Entretanto, não podemos ter certeza por não encontrar documentos que dessem sustentação a tal alegação. Esse fato nos leva a indagar se esse possível silenciamento, além de estar ligado ao contexto socioeconômico também acarretou uma estigmatização étnico-racial. Por que a história dessas meninas não apareceu nos documentos que tivemos acesso já que o regimento interno mencionou a sua existência? Por que o seu trajeto na história da educação da cidade naquele período não foi documentado ou catalogado no acervo com os outros documentos? O seu não aparecimento nos documentos, deixando-as no anonimato, reforçou a estigmatização que enfrentavam com a desvalidação das suas histórias.

Mesmo com o rompimento do sistema escravagista e aparato legal de direitos iguais para todos no país, a sua efetivação para o segmento populacional pobre e negro não ficou evidente. No âmbito escolar, Rodrigues (2011, p. 108) acrescentou que

É preciso analisar esse silenciamento quanta presença das alunas negras na Escola Normal considerando a dificuldade de acesso desse segmento ao espaço escolar já que o estigma da escravidão cerceava a escola. Quando a escola se tornou um espaço de acesso para todos, independentemente do pertencimento racial, a mulher negra há muito tempo já atravessara barreiras entre espaço público e privado, mas a sua atuação, muitas vezes, se dava pela inserção em trabalhos sociais menos importantes tais: serviço doméstico, venda etc.

Tal indicação demonstrou a hierarquização racial e de classe existente nas relações dentro do âmbito escolar, um fato que aparece nitidamente ao comparar os dados na ENSSA. que Em primeiro lugar, porque a escola decidiu oferecer educação totalmente diferente, com finalidades distintas, para cada classe social: um segmento destinado aos afazeres domésticos, enquanto o outro era voltado para os saberes científicos. Em seguida, na delimitação do espaço de cada um: as alunas da escola doméstica frequentavam a escola noturna, enquanto as outras poderiam escolher turma matutina, vespertina e integral.

Outro elemento percebido relacionado à ESNNA é seu discurso de benfeitor, apresentado na figura 12, de que a escola doméstica era uma obra de caridade, de assistência social, pois essas meninas ou moças abandonadas, órfãs e pobres recebiam uma formação gratuita por causa da sua condição socioeconômica que, na realidade, era subvencionada pelo Estado.

Esse discurso de caridade e amor fraterno aos pobres sempre serviu de pretexto para dominar, oprimir certo grupo social. Usou-se a sua posição autoritária conservadora eclesial para manipular, mediante a fé, a salvação de almas pecaminosas para o controle. Questionamos esse papel de “bom samaritano” para os mais vulneráveis da congregação salesiana quando notamos que as alunas ainda ajudavam na manutenção da escola. Uma maneira de suavizar o fato de que trabalhavam para assegurar o seu lugar.

Observamos um outro elemento de marginalização referente às meninas da escola doméstica, que foi vinculado à representação social analisada por meio dos termos usados para referir-se a elas nos documentos. Às vezes usava-se o termo ‘menina’, e às vezes o termo usado era ‘moça’, o que não ocorreu com as de outra modalidade, em que sempre era usado o termo ‘aluna’. Pode-se, então, inferir uma distorção na representação social dessas crianças consideradas como adultas.

O conceito de infância foi uma construção social na modernidade de reconhecimento de características distintas a esse período de vida. Segundo Nascimento e Paiva (2007), foi um rompimento com as ideias da igreja católica do século XVI que vinculava a imagem de Deus, anjos caídos e a concepção de que a criança era um adulto em miniatura.

Todavia, os autores (2007) completaram que, no Brasil, esse conceito de infância começou a ser cultivado no século XIX, mas havia uma distinção entre infância da criança da elite e da criança pobre. “Ocorreu que por um lado – o da burguesia – o ideário de infância foi cultivado; no lado oposto – nos espaços da pobreza – esse sentimento foi historicamente negado” (NASCIMENTO; PAIVA, 2007, p. 139). A negação da infância de crianças pobres submeteu-as ao trabalho doméstico, e foi uma prática antiga.

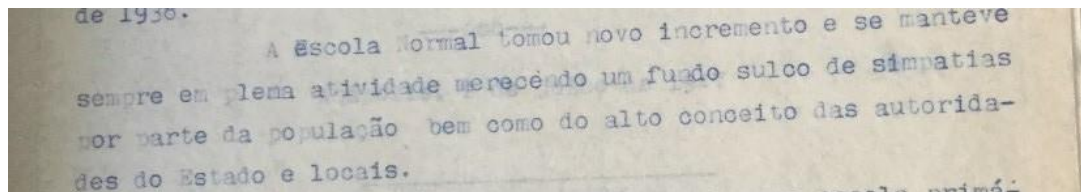
O auge do caráter discriminatório que localizamos nos documentos da instituição, possivelmente vinculado ao contexto social da época, foi com o relato de que não aceitava meninas doentes, bem como com “defeitos físicos notáveis” no seu estabelecimento (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO DE PORTARIA MINISTERIAL, 1943, p. 13). A deficiência física era motivo de eliminação no processo de admissão na instituição.

Kutianski e Brauer Junior (2010) relataram que na Idade Média a igreja associava a deficiência a espírito demoníaco, as pessoas eram abandonadas à sua sorte ou queimadas na fogueira, pois eram consideradas como aberrações. No Renascimento, essa questão tornou-se uma preocupação de saúde pública e percebeu-se um enfraquecimento do poder feudal da igreja. A Revolução Industrial embora com a seleção desumana de mão de obra no mercado, abriu também espaço para incluir as pessoas com algumas deficiências e, a partir daí, foram

implementadas leis para a sua inserção, porém, sem conseguir eliminar os preconceitos a seu respeito.

Vale ressaltar que embora a ENNSA reproduzisse essas atitudes questionadoras e discriminatórias, no seu projeto pedagógico foi registrado que havia a simpatia de todos, conforme visto na Figura 15.

Figura 15 - Relato da ENNSA do usufruto da simpatia da população e autoridades locais



Fonte: ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, DOCUMENTO DE PORTARIA MINISTERIAL, 1943.

Esse relato foi, certamente, partidário e questionamos quem fazia parte desse grupo considerado a população, pois talvez identificássemos como a elite anapolina.

Por fim, consideramos que a relevância desta investigação se materializa na possibilidade de apreender, por meio dos documentos encontrados, a história da ENNSA e da formação oferecida para as suas alunas no período em análise. Percebemos que a formação era distinta para cada grupo, voltada para uma formação conservadora e resguardada de valores e tradições religiosas socialmente construídas. Além disso, oferecia uma grade disciplinar para cada curso com conhecimentos gerais; já a da escola doméstica era mais voltada às prendas domésticas de bordado, crochê, economia doméstica etc. A base da identidade salesiana permeava essas formações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após traçado todo o percurso de pesquisa, é possível considerar algumas questões importantes que foram observadas sobre o problema investigado. No entanto, acredita-se que as questões não foram todas esgotadas, pelo primeiro fato de não termos encontrado todas as fontes que almejávamos, o que trouxe algumas dificuldades à nossa análise. Entretanto, por meio dos documentos, atas e algumas fotografias, conseguimos ter vestígios da história dessa instituição. Acreditamos que outras contribuições serão sempre relevantes para o campo.

Uma das questões importantes foi contextualizar a ENNSA dentro do processo histórico de formação das alunas no país, especialmente na sua relação com a igreja católica, na sua materialização com a atuação das escolas normais confessionais, no intuito de compreender o seu objetivo e sua finalidade no campo sociopolítico. Percebeu-se que a presença constante da igreja católica na atuação docente era ligada a uma colaboração no projeto de modernização do país. No período de 1930, com o Estado Novo, esse discurso de ordem, de valorização da pátria, intensificou-se e se associou a um controle social. A Congregação Salesiana chegou no país no projeto de romanização da igreja católica para se manter no poder, nas decisões políticas. Assim, igreja e estado, em determinadas ocasiões, se juntaram como figura de autoridade nacional.

A sua chegada em Goiás e Anápolis inseriu-se também nesse projeto de modernização da cidade, que veio por meio da via férrea, quando o estado ganhou visibilidade no comércio nacional e, assim, passou a se importar com a formação da população, sendo que a educação foi um dos carros chefes nesse período. Foi nesse contexto que tivemos a chegada das irmãs salesianas, em 1937, em Anápolis, substituindo a ENA de 1931, dirigida pelo Estado. A presença da congregação salesiana na cidade de Anápolis também se inseriu num contexto sociopolítico de expansão e visibilidade da igreja católica na cidade aliado ao incômodo causado pela atuação dos missionários evangélicos na região.

Tornou-se central para este trabalho, no decorrer da geração de dados e análise, entender a organização pedagógica da ENNSA de Anápolis/GO dentro da disputa de poder demarcado nos anos 1937-1946 no país. Essa busca de clareza permitiu entender o processo de formação das alunas de forma ampla e diacrônica, favorecendo também compreender o seu objetivo e sua finalidade no campo sociopolítico e educacional.

Nesse contexto, observamos o caráter conservador impregnado na sua formação, resguardando os valores e tradições religiosas da igreja católica socialmente construída e, no nosso caso, materializado na atuação da congregação Salesiana. Essa formação conservadora e

autoritária conseguiu se manter por longo prazo com apoio do Estado que, ao invés de oferecer uma formação gratuita para todos, escolheu investir no setor privado confessional. Assim, a ENNSA, mantida pelo Estado de Goiás, foi uma escola privada confessional baseada no Sistema Preventivo de Dom Bosco, o qual defendia uma formação baseada em três basilares: o amor, a razão e a religião. Sua formação humanística de disciplinas de conhecimento geral e trabalho manual priorizava a doutrinação religiosa, de moralidade e civilidade. Essa doutrinação era mais efetiva por meio do curso de oratória, que visava exatamente essa modelagem das alunas em boas cristãs. Funcionava sob regimento internato, semi-internato e externato.

Outra questão assinalada nesta análise foi a distinção de grupos na formação da ENNSA. Desde o oferecimento dos cursos percebemos que houve os cursos: primário, que dava uma formação elementar; o normal, que visava a formação das professoras para o ensino primário; o complementar, que era propedêutico para quem desejava ingressar no ensino normal; o ginasial, que já preparava para a universidade; enquanto isso, os cursos noturnos eram compostos pelos cursos de alfabetização, oratório festivo e doméstico, que visavam, acima de tudo, moldar essas meninas em boas cristãs, para o lar, afastando-as da imoralidade. Embora o foco doutrinário perpassasse toda a sua educação, ele pesava mais para as moças pobres, como eram chamadas pelas irmãs quem estudavam na escola doméstica.

Notamos uma diferenciação na forma de representação social do grupo que pagava a mensalidade da escola e o grupo considerado pobre que recebia ensino gratuito. Ao se referir ao primeiro grupo, os documentos usavam o nome ‘alunas’, enquanto para este último eram utilizados tanto o termo ‘moças’ quanto ‘meninas’. Um grupo de meninas que ingressavam na escola doméstica precisava trabalhar em contrapartida para receber sua educação. Em relação a esse grupo, não foram encontrados registros (ou esses não foram catalogados num acervo) que abordassem a sua identidade. Tudo isso para dizer que talvez o projeto da ENNSA fosse silenciar a sua voz, apagar a sua história, o que acabou contribuindo para uma violência simbólica de negação de sua história.

Por fim, apontamos a docilização dos corpos das alunas, dado por meio do controle dos seus corpos. Esse controle fez-se presente em cada detalhe, na maneira de vestir o uniforme, na obrigatoriedade de participar das orações na capela, das festas comemorativas e dos requisitos de bons comportamentos dentro e fora da escola. A ENNSA justificou-se na sua moralidade e religiosidade imposta pelo argumento de zelar pela salvação ou a transformação das alunas. Entretanto, percebeu-se que essa religiosidade era desprovida de respeito e aceitação do outro, em que as diferenças, em todos os aspectos, eram motivo de exclusão. A orientação religiosa

contrária à sua ou até a deficiência física eram considerados motivos de exclusão. Assim, podemos concluir que essa formação teve diversos pontos de opressão, de silenciamento e de exclusão e assujeitamento das alunas aos padrões morais e religiosos conservadores da congregação salesiana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. 302p. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2006.

ALVES, Daniel Araujo. **De Antas a Anápolis: a história da formação do município**. Goiânia: Kelps, 2014. 108p.

AZZI, Riolando. **As filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história**. 3º volume. A expansão do Instituto (1942-1967). São Paulo: Salesiana, 2003.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930- 1940). **Síntese revista de filosofia**, v. 6 n. 17, 1979. Disponível em: [O FORTALECIMENTO DA RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL \(1930-1940\) | Síntese: Revista de Filosofia \(faje.edu.br\)](#). Acesso em: 01 fev. 2023.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese revista de filosofia**, v. 4, n. 10, 1977. Disponível em: [O INÍCIO DA RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL: 1920-1930 | Síntese: Revista de Filosofia \(faje.edu.br\)](#). Acesso em: 01 fev. 2023.

BARROZO, Ivan Tadeu Chinato. **Os reflexos do ensino religioso católico no Brasil na educação superior**. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2016. Disponível em: [*IVAN_TADEU_CHINATO_BARROZO.pdf \(ifsp.edu.br\)](#). Acesso em: 31 jan. 2023.

BATISTA, Eraldo Leme; SILVA, João Carlos da. Notas sobre a Educação Profissional no Brasil: 1930 a 1940. **Educere et Educare**. v. 11, n. 23, jul./dez. 2016. Disponível em: [Vista do NOTAS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: 1930 a 1940 \(unioeste.br\)](#). Acesso em: 22 fev. 2023.

BERREZA; CLEPS JR. O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA REGIÃO CENTRO-OESTE E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS. **Caminhos de Geografia**, v. 2, n. 12, p. 29-49, jun./2004. Disponível em: [admin,+RCG-2006-99.pdf](#). Acesso em: 10 abr. 2023.

BOMENY, Helena M. B. **Repensando o Estado Novo**. Três decretos e um ministério a propósito da educação no Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 129-158.

BONIFÁCIO, Nadja Santos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. A educação formal e informal do oratório festivo “São João Bosco” para meninas abandonadas. **Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XIII - n. 24 - 1º Semestre/2011**. Disponível em: [AEducaçãoFormal.pdf \(ufs.br\)](#). Acesso em: 14 abr. 2023.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2011. 344 p.

BRASIL. **Decreto Lei de 16 de julho de 1934**. Disponível em: [Constituição 34 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto Lei de 19.941 de abril de 1931**. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.br). Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.br). Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto Lei No 8.530 de 1946 de 2 de janeiro de 1946**. Disponível em: [DEL8530-46 \(planalto.gov.br\)](http://del8530-46.planalto.gov.br). Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: [IBGE Censo 2010](http://ibge.gov.br). Acesso em: 06 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936**. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.br). Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Rede Salesiana**. 2022. Disponível em: [Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora celebra 150 anos de sua fundação \(ima-rs.com.br\)](http://instituto.das.filhas.de.maria.uxiliadora.com.br). Acesso em: 26 nov. 2022.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1991. (Coleção Documentos Goianos, 21).

CANEZIN, Maria Tereza; LOUREIRO, Walderês. **A escola normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994 (Coleção Documentos Goianos, 28).

CARVALHO, Heliel Gomes de. **James Fanstone: protestantismo, medicina como vocação e legado social na fronteira goiás na primeira metade do século XX**. Centro Universitário de Anápolis – Unievangelica, 2015. Disponível em: [Heliel Gomes de Carvalho.pdf](http://helielgomesdecarvalho.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. 1ª edição: abril de 2000. 2ª reimpressão: outubro de 2001. Revisão: LEAL, Maurício Balthazar. PEREIRA, Vera Lúcia.

COSTA, Maximiliano Gonçalves da. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação Superior Católica em Goiás (1923 - 1955)**. Goiânia: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022.

COSTA, Renata Teixeira Mendes da; GONÇALVES, Ana Maria. A Congregação Salesiana em Goiás. II Congresso Nacional de Ensino e de Ciências e de Formação de Professores, **Anais**, 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017. 530 p. ISBN: 978-85-922750-0-6.

CUNHA, Luiz Antônio. Estado laico sob ataque: a educação pública como alvo. **Anais da 72ª Reunião Anual da SBPC**, 2020. Disponível em: [Microsoft Word - Luiz Cunha.docx \(sbpcnet.org.br\)](http://microsoftword-luizcunha.docx). Acesso em: 02 fev. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. SINTONIA OSCILANTE: RELIGIÃO, MORAL E CIVISMO NO BRASIL – 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, maio/ago. 2007. Disponível em: [*a0437131.pdf \(scielo.br\)](https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000014). Acesso em: 14 abr. 2023.

CUNHA, Maria Isabel da. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, n. 3, p. 609-625, jul./set. 2013. Scielo- Brasil. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000014>.

DAROS, Maria das. **Intelectuais e Projetos Educacionais em disputa no Brasil dos anos 1930-1940**. Ed. Especial. Roteiro, Joaçaba, 2013, p. 255-270.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Tombo de impressões e visitas**, 1931.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de matrículas**, 1931/1937.

ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Ata da Congregação**, 1931/1938.

ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Caderno de ofício e expedidos**, 1937/1938.

ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Documento de portaria ministerial**, 1943.

ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA. **Caderno de exames e relatórios**, 1938/1950.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A história da educação e os desafios das novas fontes: reflexões sobre uma trajetória de pesquisa. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 2, p. 111-125, set, 1997. Disponível em: [*Dialnet-AHistoriaDaEducacaoEOsDesafiosDasNovasFontes-4891681.pdf](https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000014). Acesso em: 04 abr. 2023.

FERNANDES, Fernanda. **A história da educação feminina**. MultiRio, 2019. Disponível em: [A história da educação feminina \(multirio.rj.gov.br\)](https://www.multirio.rj.gov.br/). Acesso em: 02 fev. 2023.

FERREIRA, Bruna Milene; LOPES, Geovanna Arrais. Docilização dos corpos na educação: disciplina, indisciplina e relações de poder no Espaço do conhecimento. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**. v. 5, n. 1, jan-dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/download/371/298>. Acesso em: 06 mar. 2023.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis, sua vida, seu povo**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 288p.

FRAGO, Antônio Vinão. Do espaço escolar e da escola com lugar: propostas e questões. In: **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad: Alfredo Veiga-Neto. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. INSB: 85-7490-105-9.

GOIÁS, INSTITUTO DE CIÊNCIA E LETRAS. **Instrução pública**, 1929.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Entre a loucura e o demoníaco: o discurso contra o espiritismo nas linhas do jornal Santuário da Trindade em Goiás na década de 1920. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 1, p. 227-247, 2014. Disponível em: [Entre a loucura e o demoníaco: o discurso contra o espiritismo nas linhas do jornal Santuário da Trindade em Goiás na década de 1920 | Revista de História Regional \(uepg.br\)](#). Acesso em: 20 fev. 2023.

HAHNER, June Edith. Escolas Mistas, Escolas Normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336, maio-agosto/2011. Disponível em: [*p 467-474 Hahner.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em: 04 fev. 2023.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **R Bras. Est. Pedag. Brasília**, v. 79, n. 193, 1998. Disponível em: [Vista do A institucionalização da Escola Normal no Brasil \(inep.gov.br\)](#). Acesso em: 02 fev. 2023.

KUTIANSKI, Felipe Augusto Tavares; BRAUER JÚNIOR, André Geraldo. Da Antiguidade à contemporaneidade: uma revisão histórica do preconceito aos deficientes físicos na sociedade. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1 n. 5, 2010. Disponível em: [*2082-Texto do artigo-8240-1-10-20170213.pdf](#). Acesso em: 14 mar. 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Missão Salesiana**. Disponível em: [Novo Mapa dos Salesianos no Mundo | Missão Salesiana de Mato Grosso \(missaosalesiana.org.br\)](#). Acesso em: 15 mar. 2023.

NASCIMENTO, José Mateus do; PAIVA, Marlúcia Menezes de. Ser Criança é Ter infância na Pastoral da Criança. **Contexto & educação**, ano 22, n. 78, Jul./Dez. 2007. Disponível em: [*1069-Texto do artigo-4411-1-10-20130517.pdf](#). Acesso em: 14 mar. 2023.

OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de, *et al.* Uma experiência de avaliação da aprendizagem na educação a distância. O diálogo entre avaliação somativa e formativa. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 5, n. 2, 2007, p. 39-55. Disponível em: [*Redalyc.Uma experiência de avaliação da aprendizagem na educação a distância. O diálogo entre avaliação somativa e formativa](#). Acesso em: 23 fev. 2023.

PAULA, Antônio Pacheco de. **Salesianidade**. Brasília: Cisbrasil-CIB, 2008.

PITILLO, Silvana Assis. Os salesianos e seus diversos projetos políticos pedagógicos. XXVIII Simpósio Nacional de História, **Anais**, 2015. Disponível em: [1434014031_ARQUIVO_TEXTOANPUH \(2\).pdf \(anpuh-rs.org.br\)](#). Acesso em: 13 fev. 2023.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Goiânia: Kelps, 2011.

REIMER, Haroldo; D'ABADIA, Maria Idelma Vieira; FREITAS, Mirelle Antônia Souza. Sant'Ana e o mito fundador de Anápolis, Goiás. **Caminhos: Goiânia**, v. 20, n. 2, p. 190-207, maio/ago. 2022. Disponível em: [*12322-40247-1-PB.pdf](#). Acesso em: 10 fev. 2023.

REMER, Máisa Milene Zarur; STENTZLER, Márcia Marlene. Método Intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da Educação Integral. IX Congresso Nacional de Educação - EDUCADORES. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCER. III

Encontro Sul brasileiro do Psicopedagogia, **Anais**, 2009. Disponível em:
*METODO_INTUITIVO_RUI_BARBOSA_E_A_PREPARA.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

RODRIGUES, Fernanda Lopes. **A invisibilidade da mulher negra Maranhense no estudo sobre a formação da professora na escola normal pública em São Luís (1930-1945)**. Universidade Federal do Maranhão-São Luiz, 2011. Disponível em: [2 DE ONDE PARTI: entre o espanto e a certeza de no ter um objeto \(ufma.br\)](#). Acesso em: 22 março 2023.

RÖHRICH FERREIRA, Valéria Milena; SOUZA ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de. **Chrónos & Kairós: o tempo nos tempos da escola**. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 63-78. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: [Educar 17 art04 \(scielo.br\)](#). Acesso em: 22 mar. 2023.

SANTOS, Tarsio Paula dos. A Escola Normal de Anápolis- GO: o perfil dos alunos (1931). **Revista da Universidade Federal de Goiás. Inter-ação**, 2022. Disponível em: [A ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS - GO: O PERFIL DOS ALUNOS \(1931\) | Revista Inter Ação \(ufg.br\)](#).

SCARAMUSSA, Tarcísio. **O sistema preventivo de Dom Bosco: um estilo de educação**. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1977.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHIÉLÉ, Robert. **Dom Bosco: fundador da Família salesiana**. Trad: Sílvio Neves Ferreira. - 3. ed. - São Paulo: Paulinas, 2008.

SILVA, José Fábio da. **O progresso como categoria de entendimento histórico: um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-GO (1930-1957)**. 2014. 178 f. Dissertação. (Mestrado História). Universidade Federal de Goiás. Disponível em: [*Dissertação - José Fábio da Silva - 2014.pdf \(ufg.br\)](#). Acesso em: 06 fev. 2023.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Tempo, espaço e conhecimento escolar- uma análise. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 002, 2003. Disponível em: [Tempo, espaço e conhecimento escolar: uma análise \(ufrgs.br\)](#). Acesso em: 01 abr. 2023.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

UZUN, Julia Rany Campos. O projeto religioso das filhas de Maria auxiliadora para o Brasil: a experiência do Colégio do Carmo. APUNH-Brasil, 30º Simpósio Nacional de História- Recife, **Anais**, 2019. Disponível em: [1564754981_ARQUIVO_texto_anpuh_julia_rany_campos_uzun.pdf](#). Acesso em: 10 abr. 2023.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 74 52, novembro/2000.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. 2016. Disponível em: [*HISTÓRIA_DA_FORMACAO_DE_PROFESSORES_NO_BRASIL_O_PR \(1\).pdf](#). Acesso em: 27 mar. 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. **R. bras. Est. pedag.**, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007. Disponível em: *1469-Texto do artigo-1439-1-10-20190820.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.